

INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC.DO CEARÁ

Termo de Referência 176/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
176/2025	158133-INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC.DO CEARÁ	CARLOS ALEXANDRE BASTOS GONCALVES	06/05/2026 13:04 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23255.006581/2025-63

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº. 23255.006581/2025-63)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços contínuos de empresa(s) especializada(s) para a prestação de transporte escolar, mediante locação de veículo do tipo ônibus Convencional/Urbano, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Serviço de transporte escolar para o IFCE campus Baturité	30176	Km rodado anual	12.000	R\$ 12,40	R\$ 148.800,00
	2	Serviço de transporte escolar para o IFCE campus Caucaia	30176	Km rodado anual	20.000	R\$ 12,40	R\$ 248.000,00
	3	Serviço de transporte escolar para o IFCE campus Guaramiranga	30176	Km rodado anual	75.720	R\$ 12,40	R\$ 938.928,00
	4	Serviço de transporte escolar para o IFCE campus Itapipoca	30176	Km rodado anual	20.000	R\$ 12,40	R\$ 248.000,00
	5	Serviço de transporte escolar para o IFCE campus Maracanaú	30176	Km rodado anual	12.240	R\$ 12,40	R\$ 151.776,00

	<b>6</b>	Serviço de transporte escolar para o IFCE campus Pecém	30176	Km rodado anual	18.260	R\$ 12,40	R\$ 226.424,00
	<b>7</b>	Serviço de transporte escolar para o IFCE campus Umirim	30176	Km rodado anual	8.000	R\$ 12,40	R\$ 99.200,00
<b>TOTAL GRUPO 1 (R\$)</b>							<b>2.061.128,00</b>
<b>2</b>	<b>8</b>	Serviço de transporte escolar para o IFCE campus Aracati	30176	Km rodado anual	24.400	R\$ 12,40	R\$ 302.560,00
	<b>9</b>	Serviço de transporte escolar para o IFCE campus Jaguaribe	30176	Km rodado anual	9.600	R\$ 12,40	R\$ 119.040,00
	<b>10</b>	Serviço de transporte escolar para o IFCE campus Jaguaruana	30176	Km rodado anual	37.510	R\$ 12,40	R\$ 465.124,00
	<b>11</b>	Serviço de transporte escolar para o IFCE campus Limoeiro do Norte	30176	Km rodado anual	22.478	R\$ 12,40	R\$ 278.727,20
	<b>12</b>	Serviço de transporte escolar para o IFCE campus Quixadá	30176	Km rodado anual	20.000	R\$ 12,40	R\$ 248.000,00
	<b>13</b>	Serviço de transporte escolar para o IFCE campus Tabuleiro do Norte	30176	Km rodado anual	20.000	R\$ 12,40	R\$ 248.000,00
<b>TOTAL GRUPO 2 (R\$)</b>							<b>1.661.451,20</b>
<b>3</b>	<b>14</b>	Serviço de transporte escolar para o IFCE campus Cedro	30176	Km rodado anual	15.972	R\$ 12,40	R\$ 198.052,80
	<b>15</b>	Serviço de transporte escolar para o IFCE campus Crateús	30176	Km rodado anual	30.000	R\$ 12,40	R\$ 372.000,00
	<b>16</b>	Serviço de transporte escolar para o IFCE campus Crato	30176	Km rodado anual	67.040	R\$ 12,40	R\$ 831.296,00
	<b>17</b>	Serviço de transporte escolar para o IFCE campus Iguatu	30176	Km rodado anual	57.600	R\$ 12,40	R\$ 714.240,00
	<b>18</b>	Serviço de transporte escolar para o IFCE campus Mombaça	30176	Km rodado anual	8.000	R\$ 12,40	R\$ 99.200,00
<b>TOTAL GRUPO 3 (R\$)</b>							<b>2.214.788,80</b>
<b>TOTAL GERAL (R\$)</b>							<b>5.937.368,00</b>

~~1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).~~

~~Órgão Gerenciador:~~

<i>item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>

<i>Órgão Participante:</i>					
<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>

<i>Órgão Participante:</i>					
<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>

Justificativa: dispensou-se a IRP pois esta demanda é voltada ao atendimento do IFCE, considerando os itinerários definidos para os campi, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar anexo deste TR

**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

~~—OU~~

~~1.3. O objeto da contratação tem a natureza de [obra] OU [serviços especiais] OU [serviços especiais de engenharia], conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.~~

**Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

~~1.4. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.~~

~~—OU—~~

1.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua execução reflete diretamente na manutenção da atividade finalística e administrativa, decorrente de necessidade permanente do transporte de alunos durante o calendário letivo.

#### Prazo de vigência

~~1.6. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~OU~~

1.7. O prazo de vigência da contratação é de 1 ano contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

~~OU~~

~~1.8. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo, limitado a um ano da ocorrência da emergência ou calamidade] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.~~

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 10744098000145-0-000025/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 16/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 98;
- IV) Classe/Grupo: 643 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO;
- V) Identificador da Futura Contratação: 158133/000034/2026;

~~OU~~

~~2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.~~

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. idade média máxima de 15 (quinze) anos;

4.1.2. atendimento ao padrão PROCONVE P-7 ou superior;

4.1.3. realização de manutenção preventiva certificada e comprovação da destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, mediante apresentação de manifestos de transporte e comprovantes de reciclagem ou descarte.

4.1.4. disponibilização de ao menos um veículo adaptado com plataforma ou rampa de acesso para cadeirantes, por campê, quando for necessário pela existência de aluno com necessidades especiais de locomoção, garantindo a acessibilidade nos deslocamentos institucionais, devendo ser disponibilizado um número maior de veículos adaptados em razão da demanda por rota em caso da necessidade de atendimento.

### ~~Indicação de marcas ou modelos~~

~~4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...) [A3].~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

### ~~Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço~~

~~4.3. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº xxxxx/xxxxx/xxxx-xx, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas: [A4].~~

~~4.3.1. [...];~~

~~4.3.2. [...]; e~~

~~4.3.3. [...].~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

### ~~Da exigência de carta de solidariedade [A5] e~~

~~4.4. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

### Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**OU**

~~4.6. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de XX% (xxxxx por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições: [A7].~~

~~4.7. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:~~

~~4.7.1. [...];~~

~~4.7.2. [...]; e~~

~~4.7.3. [...].~~

~~4.8. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:~~

~~4.8.1. [...];~~

~~.4.8.2. [...]; e~~

~~4.8.3. [...].~~

~~4.9. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.~~

~~4.10. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.~~

~~4.11. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.~~

~~4.12. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.~~

~~4.13. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).~~

## Garantia da contratação

~~4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.~~

**OU**

4.15. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5%** (**cinco** por cento) do valor **total** da contratação

~~4.15.1 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.[A11]~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

4.16. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.16.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.16.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

- 4.16.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.16.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.16.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.17. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.18. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.19. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.20. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.20.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.21. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.21.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.21.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.21.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.22. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.(a14)
- 4.22.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.
- 4.23. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.24. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.25. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A15] .

4.26. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.26.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.26.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.27. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.27.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.27.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.28. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

~~4.28.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;~~

~~4.28.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;~~

~~4.28.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

4.29. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.30. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.31. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## Vistoria

4.32. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

**OU**

~~4.33. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das XX horas às XX horas.~~

~~4.34. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.[A16]~~



~~4.35. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria[A17].~~

~~4.35.1. ... [incluir outras instruções sobre vistoria];~~

~~4.35.2. .. [incluir outras instruções sobre vistoria].~~

~~4.36. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.~~

~~4.37. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.~~

#### **Instalação de escritório**

~~4.38. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados[A18] que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de [indicar o Município /UF], pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

#### **Margem de Preferência**

~~4.39. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência ..... [normal] OU [adicional] de ..... %, prevista no Decreto n.º ....., conforme disposto na Resolução n.º ..... da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS[A19].~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 5 dias da emissão da ordem de serviço.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: conforme as rotas estabelecidas em cada campus.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: conforme as rotas estabelecidas em cada campus.

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: conforme as rotas estabelecidas em cada campus.

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Disponibilização de ônibus do tipo urbano com as seguintes características: Veículo automotor de transporte coletivo de passageiros que apresente, no mínimo, duas portas e saídas de emergência, com mecanismo embarcado de controle de demanda, além das condições exigidas pelo Código de Trânsito Brasileiro e demais normas pertinentes. Capacidade para 70 (setenta) passageiros;

5.4.2. A frota disponibilizada para a realização do serviço deverá ter idade máxima de 15 (quinze) anos de uso;

5.4.3. Os ônibus deverão possuir a cobertura de rastreamento e telemetria para controle do deslocamento e modo de condução, garantindo a pontualidade, segurança, confiabilidade, monitoramento das rotas (via GPS) e manutenção preventiva e corretiva dos veículos sob responsabilidade da contratada.

5.4.4. Os veículos deverão possuir indicação em placa/adeseivo nas laterais com a indicação "A SERVIÇO DO IFCE".

5.4.5. Será exigido que a contratada disponha de ao menos um veículo adaptado com plataforma ou rampa de acesso para cadeirantes, por campi, quando for necessário pela existência de aluno com necessidades especiais de locomoção, garantindo a acessibilidade nos deslocamentos institucionais, devendo ser disponibilizado um número maior de veículos adaptados em razão da demanda por rota em caso da necessidade de atendimento, para atender integralmente à legislação de acessibilidade aplicável, incluindo a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), o Decreto nº 5.296/2004, as normas técnicas ABNT NBR 15320 e NBR 14022, assegurando plataforma elevatória, espaço reservado para cadeira de rodas e demais dispositivos de acessibilidade exigidos para o transporte coletivo de passageiros.

5.4.7. Os veículos devem ser higienizados regularmente, no mínimo quizenalmente, mantendo condições adequadas de limpeza e conforto para os passageiros.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. A solução inclui motoristas adequadamente habilitados para o tipo de veículo, combustível, manutenção preventiva/corretiva, monitoramento, seguros, documentação, impostos e taxas, para atendimento das rotas e horários definidos pelos campi.

5.5.1.1. A solução contratada deverá contemplar todo o ciclo de vida operacional do veículo disponibilizado, incluindo manutenção preventiva e corretiva, gerenciamento de ocorrências, substituição imediata do veículo em caso de indisponibilidade e garantia de tempos máximos de resposta

5.5.1.2. A contratada deverá manter veículo(s) reserva(s) para cobertura de falhas, de modo a assegurar a continuidade do serviço e evitar interrupções das atividades acadêmicas.

5.5.2 Os ônibus deverão possuir a cobertura de rastreamento e telemetria para controle do deslocamento e modo de condução, garantindo a pontualidade, segurança, confiabilidade, monitoramento das rotas (via GPS) e manutenção preventiva e corretiva dos veículos sob responsabilidade da contratada.

5.5.2.1. O sistema deverá possibilitar o controle, habilitação do serviço de monitoramento e localização, com aplicações de segurança.

5.5.2.2. Deverá ser instalado 01 (um) módulo eletrônico em cada veículo utilizado na prestação do serviço.

5.5.2.3. O módulo obtém as informações do GPS e envia a uma Central de monitoramento através da rede de telefonia móvel. As informações poderão ser acessadas via internet via WEB ou aplicativo (APP), permitindo assim a visualização gráfica da trajetória do veículo em um sistema de mapas convencional ou em um sistema de imagens via satélite.

5.5.2.4. O serviço deverá controlar: I. Velocidade com monitoramento da velocidade da via comparada com a velocidade realizada pelo veículo; II. Cerca eletrônica (áreas onde o veículo não pode sair ou não pode entrar); III Pontos de Referência e ou Interesse; IV. Marcha Lenta (tempo em que o veículo ficou ligado com velocidade zero); V. Início e final do turno de trabalho; VI. Tempo parado no turno de trabalho; VII. Distância percorrida no

turno de trabalho; VIII. Consumo em movimento; IX. Tempo em rolagem; X. Tempo Ocioso; XI. Consumo Ocioso; XII. Total em piloto automático; XIII. Função Âncora; XIV. Plano de manutenção em função do hodômetro; XV. Jornada do motorista como funcionalidade de emissão de relatório.

5.5.2.5. O serviço deverá especificar o controle de infrações cometidas: I - Aceleração brusca; II - Movimentação em neutro; III - Excesso de RPM em movimento; IV - Excesso de RPM parado; V - Excesso de velocidade; VI - Excesso de velocidade em chuva; VII - Frenagem brusca; VIII - Kickdown.

5.5.2.6. Os sistemas de rastreamento e telemetria deverão permitir o acompanhamento em tempo real das rotas, horários, paradas, velocidade, consumo e demais indicadores necessários à fiscalização contratual.

5.5.2.7. Os dados deverão estar disponíveis ao IFCE por meio de painel gerencial e relatórios periódicos, integrando o processo de aferição da execução do serviço.

5.5.3. O rastreamento e telemetria serão utilizados também na apuração da execução do serviço de transporte no levantamento dos deslocamentos. Tais serviços acessórios deverão ser considerados na planilha de formação de preços unitários.

5.5.4. Os veículos deverão possuir cobertura de seguro para os passageiros em caso de sinistro (acidente, invalidez e morte).

5.5.5. O transporte de alunos será realizado por meio de programações diárias de rotas pré-definidas com o estabelecimento de horários e pontos de embarque e desembarque.

5.5.6. O número de veículos disponíveis deve atender de forma satisfatória as rotas definidas, considerando a capacidade máxima de passageiros e horários das atividades nos campi.

5.5.7. O serviço de transporte contemplará Rotas Fixas com horários e itinerários predefinidos, como deslocamentos regulares entre campi e os pontos de embarque e desembarque.

5.5.8. Deverá ser apresentado laudo de conformidade das condições de manutenção dos veículos, como a atualização semestral, quando da execução do serviço, para comprovação do estado de conservação da frota, com a indicação da conformidade dos sistemas mecânicos, elétricos, carroceria e segurança.

5.5.9. A contratada deverá apresentar, quando exigido pela legislação municipal da localidade do campus atendido, o respectivo cadastro e/ou autorização municipal para a prestação do serviço de transporte escolar.

5.5.9.1. Caso o município possua regulamentação específica para o transporte escolar, a comprovação será obrigatória como requisito de habilitação, devendo a contratada apresentar o documento emitido pelo órgão municipal competente somente quando da assinatura do contrato.

## ~~Disposições específicas para contratações integradas e semi-integradas~~

### ~~5.6. Providências necessárias para a efetivação de desapropriação autorizada pelo poder público: [A8]~~

~~5.6.1. [...];~~

~~5.6.2. [...]; e~~

~~5.6.3. [...];~~

### ~~5.7. Responsabilidade por cada fase do procedimento expropriatório:~~

~~5.7.1. [...];~~

~~5.7.2. [...]; e~~

~~5.7.3. [...];~~

### ~~5.8. Responsabilidade pelo pagamento das indenizações devidas:~~

~~5.8.1. [...];~~

~~5.8.2. [...]; e~~

~~5.8.3. [...].~~

~~5.9. Estimativa do valor a ser pago a título de indenização pelos bens expropriados, incluindo custos correlatos:~~

~~5.9.1. [...];~~

~~5.9.2. [...]; e~~

~~5.9.3. [...].~~

~~5.10. Distribuição objetiva de riscos entre as partes:~~

~~5.10.1. Risco pela diferença entre o custo da desapropriação e a estimativa de valor: [Contratante][e]  
[Contratado][A9]~~

~~5.10.2. Risco pelos eventuais danos e prejuízos ocasionados por atraso na disponibilização dos bens expropriados: [Contratante][e][Contratado][A10]~~

~~5.10.3. [...]~~

~~5.10.4. O registro de imissão provisória na posse e/ou o registro de propriedade dos bens a serem desapropriados deverá ser efetuado em nome de [.....]~~

~~5.11. Na contratação semi-integrada, mediante prévia autorização do Contratante, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo Contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o Contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.[A11]~~

~~5.12. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:[A12]~~

~~5.12.1. para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;~~

~~5.12.2. por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido do Contratante, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do Contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~5.12.3. por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do §5º do art. 46 da Lei nº 14.133, de 2021; e~~

~~5.12.4. por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade do Contratante.~~

~~5.13. Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo Contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação do Contratante, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do Contratado pelos riscos associados ao projeto básico.[A13]~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

## **Especificação da garantia do serviço**

5.14. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido[A15] na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**OU**

~~5.15. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo XX (xxxxxx) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

## Uniformes

5.16. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.16.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.16.1.1 Duas unidades de Calça social 100% Poliéster, cor preta, bolsos frontais e posteriores, com passante de cinto no cócs e fechamento frontal por botão de casa e zíper;

5.16.1.2 Duas unidades de Camisa social com fechamento frontal e gola com entretela de manga curta;

5.16.1.3 Dois pares de Sapato profissional, cor preta. Número conforme necessidade da contratante que solicitará ao fornecedor. Tamanho 37 ao 45;

5.16.1.4 Duas unidades de Meia branca, tamanho único, calçados Nº 39 A 45, cano médio, fio de algodão penteado, calcanhar verdadeiro, composição 76% algodão, 22% poliamida, 2% outra fibra;

5.16.1.5 Uma unidade de Crachá funcional, material: 100% PVC, cantos arredondados, padrão de dimensões 85 x 54 mm, com furo ovóide centralizado na parte superior, informações em cores, na frente deve conter foto, nome e cargo, na traseira informações pessoais tais como: Nome completo, CPF, tipo sanguíneo e fator RH;

5.16.1.6 Uma unidade de Cinto vestuário, material couro, cor preto/marrom, material fivela metal prateado, tamanho grande, características adicionais dupla face;

5.16.1.7. A CONTRATADA deverá fornecer 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.16.2 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.16.2.1. Adoção das regras estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT e Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;

5.16.2.2. Os tamanhos devem ser compatíveis com a altura e peso dos profissionais.

5.16.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.16.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

## Procedimentos de transição e finalização do contrato

~~5.17. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:~~

~~5.17.1. [...];~~

~~5.17.2. [...]; e~~

~~5.17.3. [...];~~

~~OU~~

5.18. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

~~6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:~~

~~6.16.1. [...];~~

~~6.16.2. [...]; e~~

~~6.16.3. ...].~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

~~6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.[A4]~~

~~6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.~~

~~6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.~~

~~6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.~~

~~6.23. O desconto do valor referente ao vale alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.~~

~~6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.~~

~~6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.~~

~~6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.~~

~~6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:~~

~~6.27.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;~~

~~6.27.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;~~

~~6.27.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou~~



~~6.27.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.~~

~~6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:~~

~~6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.~~

~~6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:~~

~~6.30.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou~~

~~6.30.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

## **Fiscalização Administrativa**

**6.31.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

~~6.33. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:~~

~~6.33.1. [...]~~

~~6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando[A5] -se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.~~

~~6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:~~

~~6.35.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):~~

~~6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:~~

~~6.35.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;~~

~~6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;~~

~~6.35.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e~~

~~6.35.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):~~

~~6.35.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);~~



~~6.35.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;~~

~~6.35.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e~~

~~6.35.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);~~

~~6.35.1.3.. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:~~

~~6.35.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;~~

~~6.35.1.3.2 cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;~~

~~6.35.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;~~

~~6.35.1.3.4. . comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;~~

~~6.35.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e~~

~~6.35.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974[A6].~~

**OU**

~~6.35.1.3.7 documentos comprobatórios de que o capital social mínimo integralizado atende ao disposto no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024[A7].~~

~~6.35.1.4 entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:~~

~~6.35.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;~~

~~6.35.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;~~

~~6.35.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;~~

~~6.35.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.~~

~~6.36. . Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.~~

~~6.37. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.~~

~~6.38. A cada período de 12 meses[A8] de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.~~

~~6.39. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.~~

~~6.40. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.~~

~~6.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.~~

~~6.42. No caso de sociedades diversas[A9], tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.~~

~~6.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.~~

~~6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialiar à Receita Federal do Brasil (RFB).~~

~~6.45. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialiar ao Ministério do Trabalho.~~

~~6.46. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.6.47.A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.~~

~~4.47 A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.~~

~~6.48. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.~~

~~6.49 Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.~~

~~6.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.~~

~~6.51. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.~~

~~6.52. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.~~

~~6.53. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.~~

~~6.54. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.~~

~~6.55. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.~~

~~6.56. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.~~

~~6.57. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:~~

~~6.57.1 diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e~~

~~6.57.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.[A10]~~

~~6.58. As compensações de jornada limitam-se:~~

~~6.58.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e~~

~~6.58.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.~~

~~6.59. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.~~

~~6.60. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.~~

~~6.61. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.~~

~~6.62. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.~~

~~6.63. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.~~

~~6.64. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.~~

~~6.65. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:~~

~~6.65.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;~~

~~6.65.2. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.~~

~~6.66. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.~~

~~6.67. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.[A11]~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

## **Gestor do Contrato**

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.68.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

~~6.69. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme previsto no Anexo III

~~7.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.[A3]~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. ATENDIMENTO DOS HORÁRIOS NAS ROTAS;

7.5.2. QUALIDADE DO SERVIÇO DE CONDUÇÃO;

7.5.3. CUMPRIMENTO DOS CRONOGRAMAS DE ROTAS;

7.5.4. DISPONIBILIDADE DA FROTA OPERACIONAL;

7.5.5. TEMPO DE RESOLUÇÃO DE OCORRÊNCIAS

### Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

~~7.6.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.~~

~~7.6.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.~~

~~7.6.1.2. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.~~

~~7.6.2 Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório [descrever o fato que será considerado como conclusão do objeto ou etapa para fins de permitir o recebimento provisório].~~

~~7.7.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período **mensal**.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

~~7.12.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **5(cinco)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e



7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A8]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGPM** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **~~Antecipação de pagamento[A11]~~**

~~7.39. A presente contratação permite a antecipação de pagamento [parcial] OU [total], conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~7.40. O Contratado emitirá [recibo] OU [nota fiscal] OU [fatura] OU [documento idôneo] correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ X.XXX,XX (valor em extenso), tão logo [incluir condicionante — ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.], para que o Contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~7.41. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~7.41.1 R\$ X.XXX,XX (valor em extenso) quando do início da segunda etapa;~~

~~7.41.2. (...)[A12].~~

~~7.42. Fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~7.42.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~



~~7.42.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do [especificar o índice de correção monetária a ser adotado], ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.[A13]~~

~~7.43. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~7.44. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até XX (xxxxx) dias, contados do recebimento do [recibo] OU [nota fiscal] OU [fatura] OU [documento idôneo].~~

~~7.45. A antecipação do pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~7.46. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado:~~

~~7.46.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo Contratado, para a antecipação do valor remanescente;[A14]~~

~~7.46.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de XX% (xxxxx por cento).[A15] [A16]~~

~~7.47. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

#### **~~Reoneração gradual da folha de pagamento~~**

~~7.48. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º A e 9º B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.~~

~~7.48.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.~~

~~7.48.2. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

#### **~~Repactuação[A17]~~**

~~7.49. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.~~

~~7.50. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado[A18]:~~

~~7.50.1. Para os custos relativos à mão-de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;~~

~~7.50.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.~~

~~7.51. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.~~

~~7.51.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.~~

~~7.52. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.~~

~~7.53. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.~~

~~7.54. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.~~

~~7.55. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.~~

~~7.56. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.~~

~~7.56.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.~~

~~7.56.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja [A19] diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.~~

~~7.56.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.~~

~~7.56.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.~~

~~7.56.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.~~

~~7.56.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).~~

~~7.57. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento [indicar o índice a ser adotado], com base na seguinte fórmula[A20]:~~

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

~~$R$  = Valor do reajustamento procurado;~~

~~$V$  = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;~~

~~$I^0$  = índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;~~

~~$I$  = índice relativo ao mês do reajustamento~~

~~7.58. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.~~

~~7.59. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.~~

~~7.60. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.~~

~~7.61. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.~~

~~7.62. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.~~

~~7.63. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.~~

~~7.64. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.~~

~~7.65. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.~~

~~7.66. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.~~

~~7.67. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.~~

~~7.68. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.~~

~~7.69. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até [indicar o prazo], contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.~~

~~7.70. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.~~

~~7.71. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.~~

~~7.72. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~7.73. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.~~

~~7.74. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita[A21] no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.~~

~~7.75. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.~~

~~7.75.1. A revisão dos custos relativos ao vale transporte será formalizada por apostilamento[A22].~~

~~OU~~

## Reajuste

7.76. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25/02/2026.

~~OU~~

~~7.77 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais [elaboradas com base no SINAPI/SICRO do mês MM do ano de AAAA] OU [datadas de DD/MM/AAAA]. [A26]~~

7.78. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IGPM**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.79. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.80. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.81. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.82. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.83. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.84. O reajuste será realizado por apostilamento.

## Cessão de Crédito

7.85. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.85.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.85.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público,

conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.85.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.85.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.86. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### ~~Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador~~

#### ~~Conta[A32]-Depósito Vinculada~~

~~7.87. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05 /2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.~~

~~7.88 Os custos estimados das tarifas bancárias são de responsabilidade do Contratado e correspondem ao valor estimado de R\$ X.XXX,XX (valor em extenso), por mês, podendo ser contemplados na proposta do interessado e devendo ser debitados dos valores depositados.~~

**~~OU~~**

~~7.89. Na presente contratação, a conta depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.~~

~~7.90. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e de FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.~~

~~7.91. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.~~

~~7.92. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII B da IN SEGES/MP n. 5/2017.~~

~~7.93. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:~~

~~7.93.1. 13º (décimo terceiro) salário;~~

~~7.93.2. Férias e um terço constitucional de férias;~~

~~7.93.3. Multa sobre o FGTS; e~~

~~7.93.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.~~

~~7.94. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES /MP n. 5/2017.~~

~~7.95. O saldo da conta depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.~~

~~7.96. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.~~

~~7.97. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.~~

~~7.98. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.~~

~~7.99. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.~~

~~7.100. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.~~

~~7.101. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.~~

**OU**

### **Pagamento [A33] pelo fato gerador**

~~7.102. No caso do Pagamento pelo Fato Gerador, o Contratante adotará os seguintes procedimentos:~~

~~7.103. Serão objeto de pagamento mensal ao Contratado o somatório dos seguintes módulos que compõem a planilha de custos e formação de preços, disposta no Anexo VII-D da IN SEGES/MP n.º 5/2017:~~

~~1. Módulo 1: Composição da Remuneração;~~

~~2. Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários e FGTS;~~

~~3. Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários;~~

~~4. Submódulo 4.2: Substituto na Injornada;~~

~~5. Módulo 5: Insumos; e~~

~~6. Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), que será calculado tendo por base as alíneas acima.~~



~~7.104. Os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais ao Contratado, devendo ser pagos pela Administração ao Contratado somente na ocorrência do seu fato gerador;~~

~~7.104.1.. A não ocorrência dos fatos geradores discriminados neste item não gera direito adquirido para o Contratado das referidas verbas ao final da vigência do contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas no contrato;~~

~~7.105. As verbas discriminadas no item anterior somente serão liberadas nas seguintes condições:~~

~~7.105.1. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;~~

~~7.105.2. pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;~~

~~7.105.3. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;~~

~~7.105.4. pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao contrato; e~~

~~7.105.5. outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,07%** (**sete centésimos** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25** (**vinte e cinco**) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5%** (**cinco** por cento) a **30** % (**trinta** por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5%** (**cinco** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5%** (**cinco** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5%** (**cinco** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5%** (**cinco** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação ~~f, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.;~~

~~8.2.4.7.1. [INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENALIDADE DIVERSA];~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30** (**trinta**) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

9.1.1. A título de diligência, para efeito de aceitação da proposta da licitante, poderá ser realizada vistoria nos veículos disponíveis pela licitante, próprios ou locados, para comprovação dos requisitos referentes às condições dos veículos, bem como avaliação da infraestrutura da empresa como garagem, existência de veículos reservas e corpo funcional.

9.1.2. Deverá ser apresentado laudo de conformidade das condições de manutenção dos veículos, para efeito de aceitação da proposta, para comprovação do estado de conservação da frota, com a indicação da conformidade dos sistemas mecânicos, elétricos, carroceria e segurança.

Justificativa: subitens incluídos para esclarecimento de aceitação de proposta.

**OU**

~~9.2. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. [74 OU 75], inciso [indicar o inciso], da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: [descrever a fundamentação da contratação para enquadramento no dispositivo legal indicado]~~

## Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário**.

### ~~Critérios de aceitabilidade de preços~~

~~9.4. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.~~

~~9.4.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;[A4]~~

~~9.5. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será: (...)~~

~~9.5.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;~~

~~9.5.2. custos unitários relevantes: itens...[A5]~~

~~9.6. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada no(a) ..... (Acordo Coletivo de Trabalho OU Convenção Coletiva de Trabalho OU Dissídio Coletivo) nº XXXXX, utilizado (a) como paradigma[A6]:~~

~~a) salário-base e adicionais ....., no valor de R\$ .....~~

~~b) auxílio-alimentação, no valor de R\$ .....; e~~

~~c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:~~

~~i) ....., no valor de R\$ .....~~

~~ii) ....., no valor de R\$..... (especificar os benefícios e valores).~~

~~9.6.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;~~

~~9.6.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;~~

~~9.6.3. Os valores orçados pela Administração constam ..... [da planilha / do Anexo...].~~

9.7. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será

## **Exigências de habilitação**

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

~~9.18. Ato de autorização para o exercício da atividade de \_\_\_\_\_, expedido \_\_\_\_\_.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.28.1. A licitante deverá apresentar Certidão Negativa relativos a débitos com o DETRAN/CE.

Justificativa: subitem acrescentado para fins de habilitação.

- 9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.31. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.**

**OU**

~~9.31.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e~~

~~9.31.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social; [A17]~~

9.32. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.33. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.35. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

~~9.36. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo XXX deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos [A20]:~~

~~9.36.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e~~

~~9.36.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.38. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.38.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

~~9.39. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente ....., em plena validade;~~

~~9.39.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.~~

~~9.40. Prova de atendimento aos requisitos ....., previstos na lei .....: [A23]~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

## Qualificação Técnico-Operacional e Profissional

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso .

9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.41.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

~~9.41.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

9.41.1.2. A comprovação de capacidade técnica operacional da licitante deverá ser apresentada por meio de no mínimo 1 (um) atestado de aptidão da empresa licitante para execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação em características, quantidades e prazo, com comprovação de no mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo por grupo, que permita a avaliação da capacidade de atendimento, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.41.1.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.41.1.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.1.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.1.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

~~9.42. Declaração de que[A30] o fornecedor possui ou instalará escritório no município de ....., o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

9.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

## Prova de Conceito (PoC)

9.45. A critério do IFCE, poderá haver a Prova de Conceito (PoC), referente ao sistema de rastreamento e telemetria, a ser realizada de forma virtual.

9.46. Quanto ao momento da realização da Prova de Conceito (PoC), a Advocacia Geral da União (AGU), por meio de seus modelos de licitação, esclarece, em nota explicativa, disponível no endereço <https://www.gov.br/pgfn/ptbr/>



assuntos/consultoria-administrativa /minutas-padrão, que: Este item deve ser utilizado apenas se constar do Termo de Referência a utilização da Prova de Conceito, conforme art. 12, §1º da IN SGD nº 1/2019. Quanto ao momento da sua realização, a Instrução não especifica se ela deve ocorrer antes ou após a habilitação, sendo em tese possíveis as duas opções. Recomenda-se, entretanto, realizar após a habilitação, haja vista que a Prova de Conceito em regra é procedimento dispendioso, sendo mais eficiente que seja feito apenas com as empresas devidamente habilitadas.

9.47. Considerando a orientação da AGU, a licitante classificada em primeiro lugar poderá ser convocada para a PoC, haja vista as razões supra.

9.48. O sistema de rastreamento e telemetria deverá apresentar, além das funcionalidades exigidas acima, os seguintes parâmetros: I - permitir que os usuários efetuem consultas no sistema sobre a situação das suas solicitações; II - operação em rede TCP/IP; III - possuir interface gráfica de fácil utilização e ser customizada no atendimento das necessidades do contrato e da CONTRATANTE; IV - visualização rápida dos índices/níveis e indicadores de desempenho por meio de Dashboards.

9.49. A licitante classificada em primeiro lugar poderá a critério do IFCE, ser convocada para a PoC, a ser realizada de forma virtual ou presencial, em Fortaleza/CE, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, visando a aferir o atendimento de requisitos e funcionalidades mínimas da solução tecnológica.

9.50. Todas as despesas decorrentes de participação na PoC são de responsabilidade das licitantes.

9.51. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da PoC, informando sobre o atendimento dos requisitos e funcionalidades estabelecidos para a solução tecnológica.

9.52. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, e, tendo a licitante comprovada a situação regular de sua habilitação, será declarada vencedora do certame.

9.53. Caso seja indicado que a solução foi aprovada com ressalvas, a licitante deve realizar os ajustes necessários na solução tecnológica e disponibilizá-la para a realização de testes complementares, no prazo de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis, contados da data de ciência do relatório e convocação pelo Pregoeiro.

9.54. Caso o novo relatório indique a não-conformidade da solução tecnológica ajustada às especificações exigidas, a licitante não será habilitada.

9.55. No caso de desclassificação da licitante, será convocada a próxima licitante classificada para realização da PoC e, assim, sucessivamente, até que uma licitante cumpra os requisitos e funcionalidades especificadas e seja declarada vencedora.

9.56. O IFCE poderá, a seu critério e excepcionalmente, dispensar a realização da PoC, caso a solução tecnológica apresentada pela licitante vencedora tenha sido aprovada pela Central de Compras ou aprovada em órgão integrante da Administração Pública, mesmo que em contratação anterior à presente licitação.

9.57. A contratada terá até 5 dias após a assinatura do contrato para apresentar à contratante plano de teste da solução tecnológica; até 30 dias da assinatura do contrato para apresentação da solução tecnológica para aprovação pela contratante; e 60 dias da assinatura do contrato para as adequações necessárias, inclusive com a implantação de funcionalidades para a inclusão de dados e fórmulas requeridos para aferição dos indicadores de desempenho.

Justificativa: seção criada para explicitar sobre a Prova de Conceito.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.58. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.59. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.60. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.61. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.62. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.63. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.63.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.63.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.63.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.63.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.63.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.63.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.63.6.1. ata de fundação;

9.63.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.63.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.63.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.63.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.63.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.63.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 5.937.368,00 (cinco milhões, novecentos e trinta e sete mil, trezentos e sessenta e oito reais)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

~~**[A3] OU**~~

~~**10.2. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas. [A4]**~~



~~10.2.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.~~

10.3 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

~~11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~

~~I) Gestão/unidade: [...];~~

~~II) Fonte de recursos: [...];~~

~~III) Programa de trabalho: [...];~~

~~IV) Elemento de despesa: [...]; e~~

~~v) Plano interno: [...].~~

~~11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]~~

**OU**

11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Por inconsistência do sistema Compras.gov.br, os itens 13 e 14 deste Termo de Referência fazem menção à existência de dois anexos (Anexo I - Regras Aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato e Anexo II - Termo de Ciência e Concordância).

12.3. Neste contexto, os anexos ao presente Termo de Referência estão disponíveis somente ao final do documento, na seguinte ordem:

- 12.3.1. Anexo I - Termo de Ciência e Concordância;
- 12.3.2. Anexo II - Estudo Técnico Preliminar 54/2025
- 12.3.3. Anexo III - Instrumento de Medição de Resultados (IMR)
- 12.3.4. Anexo IV - Planilha modelo de composição de custos
- 12.3.5. Anexo V - Informações sobre a demanda consolidada por campus
- 12.3.6. Anexo VI - Detalhamento das rotas

Justificativa: subitens acrescentados para melhor esclarecimento dos anexos.

## 13. ANEXO I

13.1. Como o sistema Compras.gov não permite a exclusão do Anexo I, a redação do modelo da AGU foi substituída por este conteúdo, pois deve ser celebrado Termo de Contrato, já que a hipótese não se enquadra no Art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021.

## 14. ANEXO II

14.1. O modelo do termo de ciência e concordância está disponível ao final deste termo, conforme descrito no item 12.3.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCOS ANDRE DAMASCENO CAVALCANTE**

Presidente e Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 11:46:06.

**CARLOS ALEXANDRE BASTOS GONCALVES**

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 11:39:48.

**FERNANDO ANTONIO CARVALHO BARROS JUNIOR**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 13:04:07.*

**LUIZ HERNESTO ARAUJO DIAS**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 11:54:49.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TERMO CIENCIA E CONCORDANCIA.pdf (10.15 KB)
- Anexo II - ETP158133\_000054\_2025.pdf (147.09 KB)
- Anexo III - INSTRUMENTO DE MEDICAO DE RESULTADO.pdf (121.16 KB)
- Anexo IV - Planilha modelo de composicao de custos.pdf (441.05 KB)
- Anexo V - Informacoes sobre a demanda consolidada por campus.pdf (557.3 KB)
- Anexo VI - Detalhamento\_Rotas\_Escolar.pdf (462.31 KB)

## ANEXO

### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../ 20...., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC.DO CEARÁ

**Estudo Técnico Preliminar 54/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 23255.006581/2025-63

**2. Descrição da necessidade**

2.1. A necessidade desta contratação decorre da dificuldade de acesso de muitos estudantes aos *campi* do IFCE, impactando diretamente os indicadores de permanência e êxito acadêmico, uma vez que o acesso aos *campi* pelos alunos é condição *sine qua non* para a permanência e êxito acadêmico, bem como a existência dos próprios alunos nas unidades de ensino.

2.2. Em várias localidades onde os *campi* do IFCE estão instalados, principalmente no interior do estado, não há transporte regular de passageiros, em destaque para locais mais afastados do centro dos municípios onde normalmente estão presentes as unidades do IFCE.

2.3. Além da ausência de linha regular de transporte público entre os bairros e distritos no âmbito dos municípios, também há ausência, de forma ainda mais acentuada, de transporte público entre a zona rural e os locais onde os *campi* do IFCE estão instalados.

2.4. O transporte de alunos, que garanta a ida e vinda dos discentes, se coloca como um grande desafio para que o IFCE cumpra sua missão que é " *Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética*", além de dificultar o atingimento da sua missão " *Ser referência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando à transformação social e o desenvolvimento regional*".

2.5. Muitas vezes o transporte dos alunos é realizado em parceria com as prefeituras, porém em razão de inconstância política e administrativa, diante das prioridades dos municípios, há interrupções do serviço bem como as rotas não são suficientes para atender as diversas localidades onde residem os alunos, além da incompatibilidade de calendários e horários de atividades letivas do IFCE frente à programação do município.

2.6. A oferta de transporte escolar, destinada ao deslocamento diário entre pontos determinados e os *campi*, tem aderência ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, 2024/2028 (pdi\_ifce\_2024\_2028.pdf), em especial ao objetivo estratégico "OE-2 Fortalecer os programas de apoio ao discente a fim de melhorar a permanência e o êxito dos estudantes".

2.7. A disponibilização de transporte escolar também está amparada no objetivo estratégico "OE-10 Elevar a taxa de ocupação das vagas ofertadas, maximizando a utilização dos recursos disponíveis e atraindo um número maior de candidatos nos processos seletivos" haja vista que a garantia de chegada do aluno aos *campi* é fator preponderante para a procura das vagas no âmbito dos processos seletivos.

2.8. O transporte escolar deve ser realizado por meio de veículos adequados, em bom estado e acessíveis, como exemplo ônibus do tipo urbano. Em análise do Relatório do Estudo de Frota do IFCE (8018445) (SEI\_6205301\_Relatorio\_\_1\_.pdf), não há disponíveis veículos desta natureza, encontrando-se no âmbito da frota do IFCE apenas ônibus e micro-ônibus rodoviário, além de vans, veículos incompatíveis para a realização de deslocamentos diários. Esta incompatibilidade é crítica em vias muitas vezes sem infraestrutura de pavimentação.

2.9. A indisponibilidade de mão de obra de motorista, para a realização das rotas diárias, também dificulta a execução do transporte escolar por meio dos postos de motorista de cada *campi*, tendo em vista que há outras demandas atendidas pelo serviço de motorista como viagem de servidores e alunos além de transporte de documentos e materiais. (Fato corroborado pelo SEI\_6205301\_Relatorio\_\_1\_.pdf).

2.10. Pelo exposto, apresenta-se a demanda de transporte escolar para atender aqueles *campi* que possuem uma massa de alunos que dependam de transporte para chegar nas unidades de ensino, seja em áreas urbanas ou rurais.

2.11. Além dos aspectos já mencionados, destaca-se que a ausência de transporte escolar adequado representa risco institucional direto ao cumprimento dos objetivos previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles relacionados ao atendimento do interesse público, à eficiência e à continuidade dos serviços educacionais.

2.12. Dados preliminares das unidades acadêmicas indicam que parcela significativa dos estudantes reside em bairros periféricos, distritos ou comunidades rurais sem disponibilidade de transporte público regular. Em diversos campi, observa-se impacto direto desse cenário nos indicadores de permanência, frequência e evasão, reforçando a necessidade de solução estruturada para garantir o acesso diário às atividades acadêmicas.

2.13. A inexistência de frota institucional compatível e a insuficiência de motoristas, conforme demonstrado no Relatório do Estudo de Frota (SEI 6205301), também constituem riscos operacionais, ambientais e financeiros à Administração, considerando que a utilização de veículos rodoviários para deslocamentos urbanos frequentes eleva custos de manutenção, gera desgaste prematuro dos equipamentos e compromete a segurança dos usuários.

2.14. A contratação ora proposta também se alinha ao Plano de Logística Sustentável – PLS 2024-2028, especialmente às Diretrizes Estratégicas D1 (práticas de compras sustentáveis), D2 (consideração do ciclo de vida e custos indiretos) e D9 (padronização e centralização de procedimentos). A adoção de serviço padronizado, com veículos adequados e rastreamento integrado, contribui para a redução de custos indiretos, racionalização do uso da frota e diminuição de emissões provenientes de deslocamentos ineficientes.

2.15. Além disso, a centralização do transporte escolar em contratação única ou em modelo padronizado permite ganhos de escala, otimização de rotas e uniformidade na prestação do serviço, mitigando a dependência de parcerias municipais historicamente instáveis e garantindo maior previsibilidade à execução do calendário acadêmico. A medida fortalece o atendimento às metas institucionais constantes no PDI 2024-2028, especialmente quanto ao fortalecimento das políticas de permanência estudantil e ampliação do acesso e ocupação das vagas ofertadas.

2.16. Por fim, entende-se que a contratação possa atender todo o IFCE, com objetivo de padronizar o serviço além de almejar o ganho de escala e redução dos custos operacionais com várias contratações isoladas.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Administração	Marcos André Damasceno Cavalcante

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Para a contratação do serviço de transporte escolar aponta-se os seguintes requisitos:

4.1.1. Disponibilização de ônibus do tipo urbano.

4.1.2. A frota disponibilizada para a realização do serviço deverá ter **idade média máxima de 15 (quinze) anos**.

4.1.3. Os ônibus deverão possuir a cobertura de rastreamento e telemetria para controle do deslocamento e modo de condução, garantindo a pontualidade, segurança, confiabilidade, monitoramento das rotas (via GPS) e manutenção preventiva e corretiva dos veículos sob responsabilidade da contratada, além de controlar e mitigar impactos ambientais, em resguardo à observância aos critérios de sustentabilidade (emissão de poluentes, ruído, gases de efeito estufa), alinhados ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e Plano de Logística Sustentável - PLS (2024/2028), bem como exigindo-se, para a presente contratação, os requisitos compatíveis com as funcionalidades de rastreamento e telemetria já utilizadas na frota própria do IFCE, serviço contratado por meio do Pregão Eletrônico nº. 01/2024, UASG 158133, Processo nº. 23255.002033/2021-31.

4.1.3.1. O sistema deverá possibilitar o controle, habilitação do serviço de monitoramento e localização, com aplicações de segurança.

4.1.3.2. Deverá ser instalado 01 (um) módulo eletrônico em cada veículo utilizado na prestação do serviço.



4.1.3.3. O módulo obtém as informações do GPS e envia a uma Central de monitoramento através da rede de telefonia móvel. As informações poderão ser acessadas via internet via WEB ou aplicativo (APP), permitindo assim a visualização gráfica da trajetória do veículo em um sistema de mapas convencional ou em um sistema de imagens via satélite.

4.1.3.4. O serviço deverá controlar:

- I. Velocidade com monitoramento da velocidade da via comparada com a velocidade realizada pelo veículo;
- II. Cerca eletrônica (áreas onde o veículo não pode sair ou não pode entrar);
- III. Pontos de Referência e ou Interesse;
- IV. Marcha Lenta (tempo em que o veículo ficou ligado com velocidade zero);
- V. Início e final do turno de trabalho;
- VI. Tempo parado no turno de trabalho;
- VII. Distância percorrida no turno de trabalho;
- VIII. Consumo em movimento;
- IX. Tempo em rolagem;
- X. Tempo Ocioso;
- XI. Consumo Ocioso;
- XII. Total em piloto automático;
- XIII. Função Âncora;
- XIV. Plano de manutenção em função do hodômetro;
- XV. Jornada do motorista como funcionalidade de emissão de relatório.

4.1.3.5. O serviço deverá especificar o controle de infrações cometidas:

- I - Aceleração brusca;
- II - Movimentação em neutro;
- III - Excesso de RPM em movimento;
- IV - Excesso de RPM parado;
- V - Excesso de velocidade;
- VI - Excesso de velocidade em chuva;
- VII - Frenagem brusca;
- VIII - Kickdown.

4.1.3.6. A critério do IFCE, poderá haver a Prova de Conceito (PoC), referente ao sistema de rastreamento e telemetria, a ser realizada de forma virtual.

4.1.3.7. Quanto ao momento da realização da Prova de Conceito (PoC), a Advocacia Geral da União (AGU), por meio de seus modelos de licitação, esclarece, em nota explicativa, disponível no endereço <https://www.gov.br/pgfn/ptbr/assuntos/consultoria-administrativa/minutas-padrão>, que: Este item deve ser utilizado apenas se constar do Termo de Referência a utilização da Prova de Conceito, conforme art. 12, §1º da IN SGD nº 1/2019. Quanto ao momento da sua realização, a Instrução não especifica se ela deve ocorrer antes ou após a habilitação, sendo em tese possíveis as duas opções. Recomenda-se, entretanto, realizar após a habilitação, haja vista que a Prova de Conceito em regra é procedimento dispendioso, sendo mais eficiente que seja feito apenas com as empresas devidamente habilitadas.

4.1.3.8. Considerando a orientação da AGU, a licitante classificada em primeiro lugar, que atenda a todos os requisitos de habilitação, poderá ser convocada para a PoC, haja vista as razões supra.

4.1.3.9. O sistema de rastreamento e telemetria deverá apresentar, além das funcionalidades exigidas acima, os seguintes parâmetros: I - permitir que os usuários efetuem consultas no sistema sobre a situação das suas solicitações; II - operação em rede TCP/IP; III - possuir interface gráfica de fácil utilização e ser customizada no atendimento das necessidades do contrato e da CONTRATANTE; IV - visualização rápida dos índices/níveis e indicadores de desempenho por meio de Dashboards.

4.1.3.10. A licitante classificada em primeiro lugar, que atenda a todos os requisitos de habilitação, poderá a critério do IFCE, ser convocada para a PoC, a ser realizada de forma virtual ou presencial, em Fortaleza/CE, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, visando a aferir o atendimento de requisitos e funcionalidades mínimas da solução tecnológica.

4.1.3.11. Todas as despesas decorrentes de participação na PoC são de responsabilidade das licitantes.

4.1.3.12. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da PoC, informando sobre o atendimento dos requisitos e funcionalidades estabelecidos para a solução tecnológica.

4.1.3.13. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, e, tendo a licitante comprovada a situação regular de sua habilitação, será declarada vencedora do certame.

4.1.3.14. Caso seja indicado que a solução foi aprovada com ressalvas, a licitante deve realizar os ajustes necessários na solução tecnológica e disponibilizá-la para a realização de testes complementares, no prazo de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis, contados da data de ciência do relatório e convocação pelo Pregoeiro.

4.1.3.15. Caso o novo relatório indique a não-conformidade da solução tecnológica ajustada às especificações exigidas, a licitante não será habilitada.

4.1.3.16. No caso de desclassificação da licitante, será convocada a próxima licitante classificada para realização da PoC e, assim, sucessivamente, até que uma licitante cumpra os requisitos e funcionalidades especificadas e seja declarada vencedora.

4.1.3.17. O IFCE poderá, a seu critério e excepcionalmente, dispensar a realização da PoC, caso a solução tecnológica apresentada pela licitante vencedora tenha sido aprovada pela Central de Compras ou aprovada em órgão integrante da Administração Pública, mesmo que em contratação anterior à presente licitação.

4.1.3.18. A contratada terá até 5 dias após a assinatura do contrato para apresentar à contratante plano de teste da solução tecnológica; até 30 dias da assinatura do contrato para apresentação da solução tecnológica para aprovação pela contratante; e 60 dias da assinatura do contrato para as adequações necessárias, inclusive com a implantação de funcionalidades para a inclusão de dados e fórmulas requeridos para aferição dos indicadores de desempenho.

4.1.4. Os veículos deverão possuir cobertura de seguro para os passageiros em caso de sinistro (acidente, invalidez e morte).

4.1.5. Os veículos deverão possuir indicação em placa/adeseivo nas laterais com a indicação "**A SERVIÇO DO IFCE**".

4.1.6. A licitante deverá apresentar, quando exigido pela legislação municipal da localidade do campus atendido, o respectivo cadastro e/ou autorização municipal para a prestação do serviço de transporte escolar.

4.1.6.1. Caso o município possua regulamentação específica para o transporte escolar, a comprovação será obrigatória como requisito para assinatura do contrato, devendo a licitante apresentar o documento emitido pelo órgão municipal competente.

4.1.7. A licitante deverá apresentar Certidão Negativa relativos a débitos com o DETRAN/CE.

4.2. Deverá ser apresentado laudo de conformidade das condições de manutenção dos veículos, para efeito de aceitação da proposta, bem como a atualização semestral, quando da execução do serviço, para comprovação do estado de conservação da frota, com a indicação da conformidade dos sistemas mecânicos, elétricos, carroceria e segurança.

4.3. A empresa contratada será responsável por observar toda a legislação vigente relacionada ao transporte de passageiros, incluindo, mas não se limitando a: Normas da ABNT: NBR 15320/2018 e NBR 14022/2011; Regulamentos do PROCONVE, visando reduzir impactos ambientais, consumo de combustível e custos indiretos associados ao ciclo de vida da solução.

4.4. Todos os veículos utilizados deverão estar em conformidade com as normas de trânsito vigentes, incluindo sinalização, iluminação, segurança veicular, e regularidade documental.

4.5. Será exigido que a contratada disponha de ao menos um veículo adaptado com plataforma ou rampa de acesso para cadeirantes, por *campi*, quando for necessário pela existência de aluno com necessidades especiais de locomoção, garantindo a acessibilidade nos deslocamentos institucionais.

4.6. A comprovação de capacidade técnica operacional da licitante deverá ser apresentada por meio de no mínimo 1 (um) atestado de aptidão da empresa licitante para execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação em características, quantidades e prazo, com comprovação de no mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo por grupo, que permita a avaliação da capacidade de atendimento, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

4.7. A licitante deverá comprovar experiência na execução dos serviços de no mínimo 02 (dois) ano.

4.8. A título de diligência, para efeito de aceitação da proposta da licitante, poderá ser realizada vistoria nos veículos disponíveis pela licitante, próprios ou locados, para comprovação dos requisitos referentes às condições dos veículos, bem como avaliação da infraestrutura da empresa como garagem, existência de veículos reservas e corpo funcional.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Em análise do Relatório de Estudo da Frota do IFCE (8018445), não se verifica a disponibilidade de veículos do tipo ônibus urbano para atender as demandas de transporte escolar. De acordo com o referido levantamento a frota do IFCE é composta de 10 (dez) vans, 23 (vinte e três) micro-ônibus e 16 (dezesesseis) ônibus).

5.2. Além dos veículos não serem adequados aos deslocamentos diários, muitas vezes em vias sem infraestrutura de pavimentação, o quantitativo de veículos não é suficiente para atender exclusivamente o transporte escolar haja vista que a frota também atende outras demandas como visitas técnicas e deslocamentos de servidores em serviço.

5.3. Considerando as limitações orçamentárias resta impossibilitada a aquisição de veículos para realizar o transporte escolar. Também não há lastro orçamentário de custeio para ampliar o quadro de postos de motorista. Logo a execução do transporte por veículo próprio e motorista terceirizado não se mostra viável.

5.4. Cabe também ressaltar os elevados custos para manter a atual frota de ônibus do IFCE. Mesmo sem realizar os deslocamentos destinados ao transporte escolar o custo para manter tais veículos somou, em 2023, R\$ 516.950,65 (quinhentos e dezesesseis mil novecentos e cinquenta reais e sessenta e cinco centavos), considerando os custos com combustível, manutenção, seguro e motorista.

5.5. Um ponto importante que destaca a inviabilidade de utilizar a frota própria, mesmo que por meio de veículos do tipo rodoviário, é a idade da frota de ônibus uma vez que ultrapassa a média de 20 anos.

5.6. As limitações da frota, haja vista a indisponibilidade de veículos adequados, bem como a impossibilidade de aquisição de novos veículos por indisponibilidade orçamentária, bem como a insuficiência de recursos para custear o acréscimo de postos de trabalho de motorista, impedem a realização do transporte escolar diretamente pelo IFCE.

5.7. Importante trazer para este Estudo Técnico Preliminar a Portaria Normativa nº. 356/GABR/REITORIA (8136900), que em seu art. 13, indica a realização de locação para veículos para transporte de alunos.

5.8. Complementarmente a informação supracitada, procedeu-se a levantamento das alternativas disponíveis no mercado, considerando metodologias, tecnologias e modelos de contratação atualmente ofertados. Verificou-se que o mercado dispõe de serviços especializados de transporte escolar contínuo, com disponibilidade de veículos urbanos equipados com recursos de acessibilidade, telemetria, rastreamento e controle de jornada, atendendo às normas da ABNT e às diretrizes de sustentabilidade previstas no Plano de Logística Sustentável do IFCE, especialmente aquelas relacionadas à eficiência energética, redução de emissões e otimização de rotas.

5.9. Diante das informações preliminares levantadas no âmbito da frota do IFCE, verifica-se as seguintes soluções:

Solução Analisada	Vantagens	Desvantagens
a) Utilização da Frota Própria	Controle total sobre a operação.	Insuficiência da frota para a demanda contínua; alto custo de manutenção, combustível, seguro e pessoal (motoristas); desvio de foco da missão institucional; desalinhamento com a diretriz de terceirização.
b) Contratação de Serviço (Terceirização)	Maior flexibilidade e escalabilidade; custos previsíveis; eliminação de encargos com manutenção e pessoal; garantia de veículos em conformidade e dedicados à rota; alinhamento com o PDI (iniciativa T3).	Dependência de um contrato e fiscalização contínua.
c) Aquisição de Veículos Próprios (Compra)	Criação de patrimônio institucional; Autonomia total de rotas e controles; Possibilidade de padronização da frota.	Alto investimento inicial; Necessidade de ampliar motoristas, manutenção e seguros; Aumenta despesa continuada; Não há lastro orçamentário para aquisição; Contraria diretrizes de eficiência do PDI e do PLS.
d) Locação de Veículos sem Motorista	Menor investimento inicial comparado à compra; Renovação periódica da frota garantida pela locadora; Redução parcial de despesas com manutenção.	Exige motoristas do IFCE ou terceirizados à parte; Aumenta complexidade logística e de gestão de pessoal; Não resolve problema de insuficiência do quadro de motoristas; Pode gerar custos adicionais não previstos.

e) Locação de Veículos com Motorista (Fretamento Contínuo)	Solução mais alinhada ao mercado; Custo fixo e previsível; Evita todas as despesas e riscos de frota própria; Garantia de operação com veículos adequados e acessíveis; Facilita implementação de telemetria e indicadores de desempenho; Atende PLS (eficiência, sustentabilidade e renovação de frota).	Dependência do fornecedor; Necessidade de rigorosa gestão contratual; Eventuais reajustes podem impactar orçamento.
f) Parcerias com Prefeituras (Convênios / Cooperação)	Menor custo direto para o IFCE; Pode ampliar capilaridade em áreas rurais.	Inconstância política e administrativa; Rotas e horários incompatíveis com o calendário acadêmico; Risco de interrupção do serviço; Baixa confiabilidade operacional.
g) Transporte por Demanda (solução híbrida, contratada somente quando necessário)	Pagamento conforme uso; Adequado a demandas esporádicas; Reduz custos em campi com baixa demanda.	Não atende deslocamentos diários e contínuos; Pode gerar falta de previsibilidade operacional; Maior risco de desatendimento.
h) Soluções Sustentáveis – Frota Elétrica ou Híbrida (via terceirização)	Redução de emissões (alinhado ao PLS – diretrizes D1, D2 e D6); Menor ruído e menor custo por km; Melhora indicadores ambientais institucionais.	Pouca disponibilidade no Ceará para rotas escolares rurais; Custo mais elevado; Infraestrutura de recarga ainda limitada.
i) Sistema Integrado de Transporte Compartilhado entre Campi	Otimização de rotas e redução de custos; Padronização institucional; Maior eficiência no planejamento logístico.	Complexidade elevada para implantação; Distâncias grandes entre campi; Não atende demandas rurais específicas.

5.10. A terceirização dos serviços de transporte é a solução mais vantajosa economicamente e tecnicamente, pois atende à grande demanda de deslocamento diário sem onerar a Instituição com a gestão, manutenção, substituição e custos operacionais da frota, conforme sugerido pelo Relatório de Frota, inclusive cumprindo o Objetivo Estratégico OE-25 do PDI 2024–2028, que trata do aprimoramento da gestão administrativa e da otimização de recursos institucionais. Ademais, infere-se que a terceirização do transporte escolar apresenta ampla aderência às práticas de mercado, custos compatíveis e boa capacidade de atendimento, uma vez que os fornecedores operam modelos inovadores de gestão de frota, como veículos de baixa emissão e soluções integradas de monitoramento, contribuindo para o atendimento às diretrizes de inovação sustentável previstas no PLS.

5.11. Em consulta ao Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE (<https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/>), considerando a abrangência da prestação do serviço que se pretende contratar, verifica-se várias licitações homologadas e contratos firmados demonstrando que o mercado atende as demandas do poder público por meio da prestação do serviço de transporte escolar.

5.12. A análise comparativa das alternativas identificadas, sob a perspectiva do custo do ciclo de vida, evidencia que a locação de veículos com motorista representa a solução mais vantajosa para o IFCE, pois reduz custos diretos e indiretos com aquisição, depreciação, manutenção, substituição de frota e gestão de pessoal, além de aumentar a confiabilidade operacional e a regularidade do serviço. Dessa forma, a contratação de serviço terceirizado de transporte escolar mostra-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para o atendimento da necessidade institucional.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Após contextualização das condições da frota do IFCE, bem como a mercado, a solução adotada será a Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços continuados de transporte escolar, mediante locação de veículo do tipo ônibus Convencional/Urbano.

6.2. A solução inclui motoristas adequadamente habilitados para o tipo de veículo, combustível, manutenção preventiva/corretiva, monitoramento, seguros, documentação, impostos e taxas, para atendimento das rotas e horários definidos pelos *campi*.

6.2.1. A solução contratada deverá contemplar todo o ciclo de vida operacional do veículo disponibilizado, incluindo manutenção preventiva e corretiva, gerenciamento de ocorrências, substituição imediata do veículo em caso de indisponibilidade e garantia de tempos máximos de resposta definidos no termo de referência.

6.2.2. A contratada deverá manter veículo(s) reserva(s) para cobertura de falhas, de modo a assegurar a continuidade do serviço e evitar interrupções das atividades acadêmicas.

6.3. Os ônibus deverão possuir a cobertura de rastreamento e telemetria para controle do deslocamento e modo de condução, garantindo a pontualidade, segurança, confiabilidade, monitoramento das rotas (via GPS) e manutenção preventiva e corretiva dos veículos sob responsabilidade da contratada.

6.4. O rastreamento e telemetria serão utilizados também na apuração da execução do serviço de transporte no levantamento dos deslocamentos. Tais serviços acessórios deverão ser considerados na planilha de formação de preços unitários.

- 6.4.1. Os sistemas de rastreamento e telemetria deverão permitir o acompanhamento em tempo real das rotas, horários, paradas, velocidade, consumo e demais indicadores necessários à fiscalização contratual.
- 6.4.2. Os dados deverão estar disponíveis ao IFCE por meio de painel gerencial e relatórios periódicos, integrando o processo de aferição da execução do serviço.
- 6.5. O transporte de alunos será realizado por meio de programações diárias de rotas pré-definidas com o estabelecimento de horários e pontos de embarque e desembarque.
- 6.6. A lotação mínima do veículo Convencional/Urbano é de 70 (setenta) passageiros, incluindo o motorista, com no máximo 15 (quinze) anos de uso.
- 6.7. O número de veículos disponíveis deve atender de forma satisfatória as rotas definidas, considerando a capacidade máxima de passageiros e horários das atividades nos *campi*.
- 6.8. Os veículos devem ser higienizados regularmente, mantendo condições adequadas de limpeza e conforto para os passageiros.
- 6.9. Os veículos deverão atender integralmente à legislação de acessibilidade aplicável, incluindo a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), o Decreto nº 5.296/2004, as normas técnicas ABNT NBR 15320 e NBR 14022, assegurando plataforma elevatória, espaço reservado para cadeira de rodas e demais dispositivos de acessibilidade exigidos para o transporte coletivo de passageiros.
- 6.10. O serviço de transporte contemplará Rotas Fixas com horários e itinerários predefinidos, como deslocamentos regulares entre campi e os pontos de embarque e desembarque.
- 6.11. Os veículos deverão possuir seguintes especificações mínimas além dos requisitos apontados no item 4 deste Termo de Referência.

VEÍCULO	ESPECIFICAÇÕES
Ônibus convencional/urbano	Veículo automotor de transporte coletivo de passageiros que apresente, no mínimo, duas portas e saídas de emergência, com mecanismo embarcado de controle de demanda, além das condições exigidas pelo Código de Trânsito Brasileiro e demais normas pertinentes. Capacidade para 70 (setenta) passageiros.

6.12. O serviço de transporte escolar terá caráter contínuo haja vista que sua execução reflete diretamente na manutenção da atividade finalística e administrativa, decorrente de necessidade permanente do transporte de alunos durante o calendário letivo, devendo o contrato possuir vigência inicial de 01 (um) ano prorrogável até o limite previsto na Lei nº. 14.133/2021.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### Metodologia de consolidação das quantidade

7.1 A unidade de medida adotada para a contratação será quilômetro rodado, por ônibus, com rotas pré-estabelecidas e estimativa de Km fixada por meio do mapeamento das demandas dos *campi* que demandam o transporte diário de alunos, transporte escolar, conforme Processo nº. 23255.008428/2025-71, Ofício nº. 124/2025/DIRAD/PROAP/REITORIA-IFCE (8111888), quantitativos apurados por meio de planilha eletrônica, disponível no link: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1SBredcd5nBiZXnqcFuJG5wcwu3J9NEx/editusp=sharing&ouid=114132352799218531334&rtpof=true&sd=true>.

7.2. A estimativa das quilometragens anuais foi elaborada conforme previsto no art. 9º, inciso V, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, e em observância ao disposto no art. 18, inciso IV, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, considerando consumo provável com base em dados concretos fornecidos pelos *campi*. A metodologia adotada garante rastreabilidade, auditabilidade e atendimento ao princípio da eficiência administrativa. Para construção das estimativas, os *campi* consideraram:

- (a) rotas diárias necessárias ao atendimento da demanda discente;
- (b) horários de operação;
- (c) quilometragem de cada trecho;
- (d) frequência semanal;
- (e) calendário acadêmico anual.

7.3. A consolidação da quilometragem **anual** em função das rotas é apresentada no quadro abaixo.

CAMPI	QTDE KM (ANUAL)
Aracati	24.400
Baturité	12.000
Caucaia	20.000

Cedro	15.972
Crateús	30.000
Crato	67.040
Guaramiranga	75.720
Iguatu	57.600
Itapipoca	20.000
Jaguaribe	9.600
Jaguaruana	37.510
Limoeiro do Norte	22.748
Maracanaú	7.016
Mombaça	8.000
Pecem	18.260
Quixadá	20.000
Tabuleiro do Norte	20.000
Umirim	8.000

Possibilidade de Variação das Quantidades

7.4. Considerando que a demanda de transporte escolar está diretamente vinculada às atividades acadêmicas, poderão ocorrer variações decorrentes de:

- (i) ajustes no calendário letivo;
- (ii) alterações nas rotas;
- (iii) crescimento ou redução da quantidade de alunos atendidos;
- (iv) necessidade de rotas adicionais em períodos de avaliações ou atividades práticas externas.

7.5. Tais variáveis foram consideradas na estimativa anual e serão reavaliadas no momento da elaboração do Termo de Referência, conforme orienta o Guia de Elaboração do ETP (IFCE, 2024).

Interdependência com Outras Contratações

7.6. Embora a contratação de transporte escolar seja autônoma, sua execução depende da articulação com o calendário acadêmico e com a eventual contratação futura de serviços correlatos de apoio ao estudante. Essa interdependência não afeta a consolidação das quantidades, mas deve ser monitorada pela gestão contratual para ajustes de programação, caso necessários.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 6.005.197,28

8.1. Para fins de estimativa de preços, adotou-se a metodologia prevista na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 /2021, considerando:

- (a) valores registrados em processos licitatórios recentes de escopo equivalente; e
- (b) análise crítica da adequação do preço ao objeto específico desta contratação.

8.2. A estimativa do valor da contratação foi obtida por meio de pesquisa de preços, utilizando-se da solução tecnológica Banco de Preços, por meio do termo "ônibus rodoviário", com unidade de medida quilômetro (km), adotando-se o valor da mediana de R\$ 15,37 (quinze reais e trinta e sete centavos), valores com referências temporais de julho a outubro de 2025.

8.3. Também foi considerando para efeito de formação do valor estimativo, o recente resultado do Pregão Eletrônico nº. 90055/2025, da Universidade Federal do Ceará - UFC, UASG 153045, certame homologado em 19/12/2025, com valor (itens 03, 04 e 05) de R\$ 10,00 (dez reais).

8.4. Considerando o volume superior da UFC (628.260 km) frente ao volume do IFCE (473.596 km), bem como a menor dispersão geográfica e a contratação concentrada em um único fornecedor (grupo único),

entende-se que a adoção do mesmo valor homologado pela UFC para servir de referência ao IFCE poderá repercutir em valores não usuais no mercado.

8.5. Assim, adotou-se a mediana entre o valor pesquisado na plataforma Banco de Preços (R\$ 15,37) e valor homologado da UFC (R\$ 10,00), resultando na referência de **R\$ 12,68**.

CAMPUS	QTDE (KM)	VALOR UNIT. R\$	VALOR TT R\$
Aracati	24.400	12,68	309.392,00
Baturité	12.000	12,68	152.160,00
Caucaia	20.000	12,68	253.600,00
Cedro	15.972	12,68	202.524,96
Crateús	30.000	12,68	380.400,00
Crato	67.040	12,68	850.067,20
Guaramiranga	75.720	12,68	960.129,60
Iguatu	57.600	12,68	730.368,00
Itapipoca	20.000	12,68	253.600,00
Jaguaribe	9.600	12,68	121.728,00
Jaguaruana	37.510	12,68	475.626,80
Limoeiro do Norte	22.478	12,68	285.021,04
Maracanaú	7.016	12,68	88.962,88
Mombaça	8.000	12,68	101.440,00
Pecem	18.260	12,68	231.536,80
Quixadá	20.000	12,68	253.600,00
Tabuleiro do Norte	20.000	12,68	253.600,00
Umirim	8.000	12,68	101.440,00
TOTAL R\$			6.005.197,28

8.6. A memória de cálculo consiste na multiplicação do valor unitário do quilômetro rodado pelo quantitativo anual estimado para cada campus.

8.7. O valor estimado apresentado possui caráter preliminar, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 /2021, devendo ser revisado e consolidado quando da elaboração do Termo de Referência, especialmente em razão de possíveis ajustes de quantitativos ou atualização de preços referenciais.

8.8. As informações da plataforma Banco de Preços pode ser acessa por meio do link com o código de validação: Código Validação: 7hzYvVD%2b0k3tQm1WavOvmD%2fAgKjfo0%2bYmSLgb6n9D9YqHU8nPtm6WA%3d%3d <http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=7hzYvVD%252b0k3tQm1WavOvmD%252fAgKjfo0%252bYmSLgb6n9D9YqHU8nPtm6WA%253d%253d>.

8.9. Os documentos comprobatórios da pesquisa de preços, bem como planilhas utilizadas na estimativa, constituem anexos integrais deste ETP.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1.Embora se almeje o "ganho de escala" com uma contratação única, exige o parcelamento da solução (Art. 40, III e V, Lei 14.133/21), para garantir a competitividade e a exequibilidade, considerando Critério Geográfico, com o parcelamento por GRUPOS, agrupados por *campus* ou região, dada a capilaridade do IFCE e a natureza localizada do mercado de transporte.

9.2. O parcelamento em lotes mostra-se viável em razão do aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, haja vista o critério regional em função da dispersão geográfica das unidades do IFCE, vislumbrando-se a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

9.3. A tabela abaixo apresenta a divisão dos grupos em função da posição geográfica bem como em função da atratividade econômica junto ao mercado frente à divisão de itens isolados, objetivando maximizar o interesse do particular em razão do volume, bem como a obtenção da proposta mais vantajosa diante dos quantitativos de cada grupo.



GRUPO	ITEM	CAMPUS
01	01	Baturité
	02	Caucaia
	03	Guaramiranga
	04	Itapipoca
	05	Maracanaú
	06	Pecem
	07	Umirim
02	08	Aracati
	09	Jaguaribe
	10	Jaguaruana
	11	Limoeiro do Norte
	12	Quixadá
	13	Tabuleiro do Norte
03	14	Cedro
	15	Crateús
	16	Crato
	17	Iguatu
	18	Mombaça

9.4. Em complemento as justificativas preliminares apresentadas em relação ao parcelamento da contratação, reitera-se que nos termos do art. 40, inciso V, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve promover o parcelamento da contratação sempre que tal medida se mostrar **tecnicamente viável e economicamente vantajosa**, evitando a concentração de mercado e ampliando a competitividade entre os fornecedores.

9.5. No caso em análise, o parcelamento por grupos fundamenta-se em critérios objetivos relacionados à **distribuição geográfica dos campi**, à **natureza localizada do mercado de transporte escolar** e à **capacidade operacional típica das empresas atuantes em cada região**, conforme levantamento de mercado realizado.

9.6. A divisão proposta contribui para o aumento da competitividade, ao permitir a participação de empresas regionais que não teriam condições de disputar uma licitação de âmbito estadual, além de mitigar riscos operacionais e favorecer propostas economicamente mais vantajosas.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A contratação do serviço de transporte escolar impactará as seguintes contratações correlatas, para os campi que realizam o transporte de alunos com frota própria, as quais poderão ter seus valores e quantidades reajustados para baixo: 1) Contrato de gestão e fornecimento de combustível para a frota do IFCE; 2) Contrato de manutenção veicular da frota própria do IFCE.

10.2. O serviço de transporte escolar deve ser dimensionado em articulação com a gestão da frota própria. Os veículos coletivos (micro-ônibus e ônibus) que se tornarem ociosos ou antieconômicos como resultado desta contratação, bem como da possível otimização das Centrais Regionais de Frotas conforme apontado no Relatório de Estudo da Frota, deverão ser submetidos aos procedimentos de alienação, conforme previsto na Portaria Normativa Nº 356/GABR/REITORIA, devendo a área gestora da frota realizar o devido planejamento para ajustar o inventário patrimonial às necessidades institucionais.

10.3. Considerando que os serviços de rastreamento, telemetria, fiscalização eletrônica das rotas, geração de indicadores de desempenho e demais funcionalidades de controle já integram o objeto da presente contratação, não há previsão de contratações interdependentes adicionais para viabilizar sua execução.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação está alinhada aos seguintes instrumentos de planejamento:

1) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024-2028): Alinha-se diretamente aos objetivos estratégicos "OE-2 Fortalecer os programas de apoio ao discente..." e "OE-10 Elevar a taxa de ocupação das vagas...".

2) Plano de Logística Sustentável (PLS 2024-2028): Alinha-se às diretrizes de otimização da frota e gestão de transporte (Plano\_Logistica\_V\_S\_Portaria.pdf), em consonância com o plano de ação em especial "4.1. *Elaborar instrumentos de planejamento das aquisições e contratações em consonância com as práticas de sustentabilidade*".

3) Plano de Contratações Anual (PCA): A contratação deve constar no PCA vigente. Contratação nº. 158133/000034/2026; ID PCA PNCP: 10744098000145-0-000025/2026; ID ITEM PCA: 98; Classe/Grupo: 643 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO.

11.2. Além dos instrumentos acima, a contratação alinha-se às políticas públicas que orientam a expansão, democratização do acesso e permanência estudantil, destacando-se a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), uma vez que o transporte escolar constitui fator determinante para a frequência, redução da evasão e promoção da equidade.

11.3. A contratação também contribui diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos do IFCE ao viabilizar condições logísticas que assegurem a participação discente nas atividades acadêmicas, ampliem a permanência e elevem a taxa de ocupação das vagas, conforme previsto no PDI 2024-2028.

11.4. Ademais, a solução reforça o compromisso institucional com a sustentabilidade, previsto no Plano de Logística Sustentável, ao promover a racionalização de custos e a otimização da frota, reduzindo deslocamentos ineficientes e emissões, em consonância com a diretriz de planejamento sustentável das contratações.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O objetivo é alcançar os seguintes resultados:

**12.1.1. Apoio ao Discente:** Aumentar os índices de permanência e êxito dos estudantes, reduzindo a evasão e a retenção causadas pela dificuldade de acesso (PDI OE-2).

**12.1.2. Eficiência Institucional:** Racionalizar o uso da frota própria, liberando os veículos institucionais para suas finalidades primárias (viagens de serviço, logística).

**12.1.3. Sustentabilidade:** Promover o deslocamento coletivo eficiente, em linha com as práticas do Plano de Logística Sustentável 2024-2028.

**12.1.4. Segurança no Deslocamento:** Proporcionar transporte regular, seguro e monitorado, garantindo maior proteção aos estudantes no trajeto entre residência e campus, reduzindo riscos associados ao deslocamento individual.

**12.1.5. Governança e Padronização:** Aperfeiçoar a gestão institucional do transporte discente, por meio da padronização dos serviços, maior previsibilidade operacional e fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação contratual.

**12.1.6. Impacto Econômico:** Reduzir despesas indiretas relacionadas à manutenção, depreciação e substituição da frota própria utilizada para transporte discente, realocando recursos para atividades finalísticas.

**12.1.7. Resultados Operacionais:** Assegurar maior regularidade e pontualidade na oferta do transporte, contribuindo para a estabilidade das atividades acadêmicas e administrativas.

**12.1.8. Contribuição para Políticas Institucionais:** Atender aos compromissos do IFCE constantes no PDI 2024-2028 e no PLS 2024-2028, reforçando o papel institucional na promoção da inclusão estudantil, sustentabilidade e eficiência administrativa.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Consolidação da demanda detalhada (rotas, horários, número de alunos) junto aos *campi*.

13.2. Definição dos pontos de embarque e desembarque das rotas.

13.3. Redimensionamento da frota nos casos das unidades que utilização dos veículos do tipo rodoviário (ônibus, micro-ônibus e vans) para transporte escolar diário, passando a utilizar tais veículos nas demandas de viagens bem como a análise do desfazimento em caso de contratação do serviço de fretamento de veículos de transporte de passageiros.

13.4. Capacitação dos gestores e fiscais do contrato, bem como dos servidores responsáveis nos campi, visando garantir o adequado acompanhamento das rotas, cumprimento dos horários, conferência das listas de alunos e registro de ocorrências, conforme orientações das boas práticas de gestão contratual.

13.5. Definição dos responsáveis locais pela supervisão do transporte escolar em cada campus, com a devida formalização por portaria, assegurando fluxo contínuo de informações entre campus, Reitoria e empresa contratada.

13.6. Estruturação do fluxo de comunicação institucional para reporte de incidentes, atrasos, mudanças de rota e demais ocorrências relevantes, incluindo canais formais de atendimento aos discentes e servidores.

13.7. Adequação das rotinas administrativas e dos sistemas utilizados para registro de frequências, monitoramento das rotas e análise de indicadores de desempenho do contrato.

13.8. Planejamento da comunicação com os estudantes, servidores e comunidade local, contendo orientações sobre horários, pontos de embarque e desembarque, regras de utilização, condutas de segurança e procedimentos em caso de incidentes.

13.9. Consolidação, junto à Reitoria e *campi*, dos indicadores de desempenho que serão exigidos da contratada, garantindo alinhamento com os resultados pretendidos definidos no ETP.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Impacto Negativo a ser Mitigado: Aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) devido à circulação dos ônibus; Medida de Mitigação (PLS 2024-2028): Inclusão de cláusulas no Termo de Referência exigindo que a frota utilize combustíveis menos poluentes, tenha certificação de baixa emissão como solução de sustentabilidade considerando o tipo de veículo adotado para a execução do serviço, qual seja ônibus convencional/urbano.

14.2. A contratação visa evitar o custo ambiental de aquisição novos veículos e manutenção de uma frota própria antiga.

14.3. Além dos impactos já mencionados, a contratação de serviço de transporte escolar envolve outros efeitos ambientais que devem ser considerados. A circulação diária dos veículos pode gerar ruído e aumento localizado do tráfego urbano, especialmente nos horários de pico. Também há impactos indiretos associados à manutenção da frota da contratada, como a geração de resíduos perigosos (óleos lubrificantes, filtros, pneus e baterias), cuja destinação deve ocorrer conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

14.4. Para mitigação desses impactos, recomenda-se que o Termo de Referência incorpore requisitos ambientais mínimos para a frota, tais como idade máxima dos veículos, atendimento ao padrão PROCONVE P-7 ou superior, realização de manutenção preventiva certificada e comprovação da destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, mediante apresentação de manifestos de transporte e comprovantes de reciclagem ou descarte.

14.5. Também poderão ser definidos indicadores ambientais, como emissões médias de GEE por quilômetro e percentual da frota com tecnologias menos poluentes, garantindo aderência ao Plano de Logística Sustentável do IFCE. Tais medidas asseguram que a contratação produza menor impacto ambiental e reforcem a estratégia institucional de reduzir o passivo ambiental associado à manutenção de frota própria antiga, diminuindo o consumo de peças, pneus, combustíveis e resíduos associados ao uso interno dos veículos.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A contratação mostra-se tecnicamente viável, uma vez que o levantamento de mercado identificou fornecedores capazes de atender às especificações exigidas, incluindo frota adequada, motoristas habilitados e sistemas de rastreamento e telemetria. A solução proposta também se mostra operacionalmente compatível com a rotina dos campi, permitindo atendimento contínuo e regular às rotas definidas.

15.2. Do ponto de vista econômico, a terceirização apresenta melhor relação custo-benefício em comparação à utilização de frota própria, considerando os elevados custos de manutenção, combustível, seguros, depreciação e necessidade de motoristas adicionais. A estimativa de valores apresentada neste ETP confirma a viabilidade financeira da contratação.

15.3. Sob a perspectiva ambiental, a solução apresenta menores impactos negativos que a operação por frota própria antiga, além de permitir mitigação das emissões por meio da exigência de padrões ambientais mínimos. O alinhamento com o Plano de Logística Sustentável reforça a viabilidade ambiental da solução.

15.4. Diante dos elementos técnicos, econômicos, operacionais e ambientais analisados ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação do serviço de transporte escolar por meio de empresa especializada é plenamente viável e constitui a solução mais vantajosa para o IFCE, atendendo ao interesse público e aos objetivos institucionais previstos no PDI 2024–2028.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCOS ANDRE DAMASCENO CAVALCANTE**

Presidente



*Assinou eletronicamente em 08/02/2026 às 07:22:09.*

**CARLOS ALEXANDRE BASTOS GONCALVES**

Integrante técnico



*Assinou eletronicamente em 08/02/2026 às 15:00:05.*

**FERNANDO ANTONIO CARVALHO BARROS JUNIOR**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 10/02/2026 às 14:55:31.*

**FRANCISCO EBISON SOUTO CANUTO**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 09/02/2026 às 08:09:58.*

**LUIZ HERNESTO ARAUJO DIAS**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 09/02/2026 às 09:16:27.*



# INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

## INDICADOR Nº 01: ATENDIMENTO DOS HORÁRIOS NAS ROTAS

Item	Descrição
<b>Finalidade</b>	Garantir o cumprimento dos horários estabelecidos para as rotas.
<b>Meta a cumprir</b>	Garantir a saída do veículo até 15 minutos após o horário programado na OS.
<b>Instrumento de Medição</b>	Relatórios do sistema de GPS, controle de tráfego e reclamações enviadas por e-mail.
<b>Forma de Acompanhamento</b>	Monitoramento por meio dos relatórios e da caixa de entrada do e-mail oficial da Setor ou coordenação de Transportes.
<b>Periodicidade</b>	Mensal.
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	$X = (\text{Nº de OS realizadas com atraso}) / (\text{Nº total de OS})$ .
<b>Faixas de Ajuste no Pagamento</b>	$X \leq 1\% \rightarrow 0\%$ de desconto sobre a medição. $1\% < X \leq 3\% \rightarrow 2\%$ de desconto sobre a medição. $X > 3\% \rightarrow 5\%$ de desconto sobre a medição.
<b>Observações</b>	Caso o atraso seja causado por fatores externos ao controle do contratado, deverá ser enviado um e-mail com justificativa ao fiscal do contrato até o próximo dia útil. A justificativa será analisada e, caso aceita, o atraso será desconsiderado no cálculo do ajuste de pagamento.

## INDICADOR Nº 02: QUALIDADE DO SERVIÇO DE CONDUÇÃO

Item	Descrição
<b>Finalidade</b>	Garantir a qualidade na prestação do serviço de transporte.
<b>Meta a cumprir</b>	Limite máximo de 2 reclamações por OS por mês (mau atendimento, direção perigosa, falta de cordialidade, etc.).
<b>Instrumento de Medição</b>	Relatórios do sistema de GPS e reclamações registradas via e-mail.
<b>Forma de Acompanhamento</b>	Monitoramento da caixa de entrada do e-mail oficial da Setor ou coordenação de Transportes.
<b>Periodicidade</b>	Mensal.
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	$X = \text{Quantidade de e-mails de reclamação dos usuários}$ .
<b>Faixas de Ajuste no Pagamento</b>	$X \leq 1 \rightarrow 0\%$ de desconto sobre a medição. $1 < X \leq 3 \rightarrow 2\%$ de desconto sobre a medição. $X > 3 \rightarrow 5\%$ de desconto sobre a medição.
<b>Observações</b>	Caso a reclamação seja motivada por fatores externos ao controle do contratado, deverá ser enviada uma justificativa ao fiscal do contrato até o dia útil seguinte. A justificativa será analisada e, caso aceita, a reclamação será desconsiderada no cálculo do ajuste de pagamento.

## INDICADOR Nº 03: CUMPRIMENTO DOS CRONOGRAMAS DE ROTAS

Item	Descrição
<b>Finalidade</b>	Garantir a execução dos cronogramas estabelecidos nas OS.
<b>Meta a cumprir</b>	Cumprimento de 100% das OS programadas
<b>Instrumento de Medição</b>	Relatórios do sistema de GPS, controle de tráfego e reclamações registradas via e-mail.
<b>Forma de Acompanhamento</b>	Monitoramento dos relatórios do sistema de GPS, controle de tráfego e e-mails da Setor ou coordenação de Transportes
<b>Periodicidade</b>	Mensal.
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	$X = (\text{Quantidade de OS realizadas}) / (\text{Quantidade de OS solicitadas})$ .
<b>Faixas de Ajuste no Pagamento</b>	$X \geq 99.8\% \rightarrow 0\%$ de desconto sobre a medição. $99.5\% \leq X < 99.8\% \rightarrow 2\%$ de desconto sobre a medição. $X < 99.5\% \rightarrow 5\%$ de desconto sobre a medição.
<b>Observações</b>	Caso o não cumprimento da OS seja causado por fatores externos ao controle do contratado, uma justificativa deve ser enviada ao fiscal do contrato até o dia útil seguinte. Se aceita, a não conformidade será desconsiderada no cálculo do ajuste de pagamento.

INDICADOR Nº 04: DISPONIBILIDADE DA FROTA OPERACIONAL

Item	Descrição
Finalidade	Garantir que a frota esteja sempre disponível para cumprir as operações programadas.
Meta a cumprir	Disponibilidade mínima de 98% da frota operacional.
Forma de Acompanhamento	Monitoramento diário dos relatórios de manutenção preventiva e corretiva.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	$X = (\text{N}^{\circ} \text{ de veículos disponíveis}) / (\text{N}^{\circ} \text{ total de veículos da frota})$ .
Faixas de Ajuste no Pagamento	$X \geq 98\% \rightarrow 0\%$ de desconto sobre a medição. $95\% \leq X < 98\% \rightarrow 5\%$ de desconto sobre a medição. $X < 95\% \rightarrow 10\%$ de desconto sobre a medição.
Sanções Adicionais	Caso o índice de disponibilidade seja inferior a 90%, além dos descontos aplicáveis, a contratada estará sujeita à <b>sanção de advertência</b> , podendo ser aplicada de forma concomitante a penalidades mais severas em caso de reincidência.

INDICADOR Nº 05: TEMPO DE RESOLUÇÃO DE OCORRÊNCIAS

Item	Descrição
Finalidade	Garantir a rápida resolução de ocorrências operacionais.
Meta a cumprir	Ocorrências resolvidas em até 24 horas.
Instrumento de Medição	Registros de atendimento e relatórios operacionais.
Forma de Acompanhamento	Análise de registros operacionais e tempo médio de resposta.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	$X = (\text{N}^{\circ} \text{ de ocorrências resolvidas em 24h}) / (\text{N}^{\circ} \text{ total de ocorrências registradas})$ .
Faixas de Ajuste no Pagamento	$X \geq 95\% \rightarrow 0\%$ de desconto. $90\% \leq X < 95\% \rightarrow 5\%$ de desconto. $X < 90\% \rightarrow 10\%$ de desconto.
Sanções Adicionais	Para índices inferiores a 90%, além dos descontos aplicáveis, a contratada estará sujeita à <b>sanção de advertência</b> , podendo ser aplicada de forma concomitante a penalidades adicionais conforme previsto no contrato.



Memória de cálculo para composição dos custos de transporte escolar

TIPO DE VEÍCULO: ÔNIBUS URBANO		
Item	Componentes de custo	Valor
1	Custo do motorista	#DIV/0!
2	Custo de manutenção do veículo	#DIV/0!
3	Custo de consumo de Combustível	#DIV/0!
4	Custo de seguro veicular	#DIV/0!
5	Custo de ratreamento veicular (telemetria)	#DIV/0!
6	Custo indiretos, lucros e tributos	#DIV/0!
Valor Total da KM		#DIV/0!

--	--

--	--

TIPO DE VEÍCULO: ÔNIBUS URBANO		
	informação	valor
sálario da categoria	CCT-2025	R\$ 2.171,06
contribuição social	20%	R\$ 434,21
valor total do empregado		R\$ 2.605,27
média de km ônibus	km	
VALOR PROPORCIONAL (1km)		#DIV/0!

TIPO DE VEÍCULO: ÔNIBUS URBANO	
VALOR MÉDIO DE MANUTENÇÃO POR MÊS	
média de km ônibus	
VALOR PROPORCIONAL (1km)	#DIV/0!

<b>Veículo tipo:</b> ônibus URBANO	
média de autonomia por km/litro	
valor médio de combustível (diesel)	
média consumo km	#DIV/0!

<b>Veículo tipo:</b> ônibus URBANO	
valor do prêmio	
média de km ônibus	
média consumo km	#DIV/0!

**TIPO DE VEÍCULO: ÔNIBUS URBANO**

VALOR DE TELEMETRIA POR MÊS	
média de km ônibus	
VALOR PROPORCIONAL (1km)	#DIV/0!

## Cálculo dos Custos Indiretos, Tributos e Lucros

TIPO DE VEÍCULO: ÔNIBUS URBANO

Somatório dos itens 1+2+3+4+5		#DIV/0!
Custo indireto	6%	#DIV/0!
lucro	6%	#DIV/0!
tributos	14,25%	#DIV/0!
pis	1,65%	#DIV/0!
cofins	7,60%	#DIV/0!
iss	5%	#DIV/0!
<b>Total do CITL</b>		<b>#DIV/0!</b>



CAMPUS	Aracati			
DEMANDA TRANSPORTE ESCOLAR				
ROTA	ITINERÁRIO	KM ROTA	KM MENSAL	KM ANUAL
Rota 01	Hmed - Campus (Manhã)	12,2	244	2440
Rota 02	Campus - Hmed (Manhã)	12,2	244	2440
Rota 03	Hmed - Campus (Manhã)	12,2	244	2440
Rota 04	Campus - Hmed (Manhã)	12,2	244	2440
Rota 05	Hmed - Campus (Tarde)	12,2	244	2440
Rota 06	Campus - Hmed (Tarde)	12,2	244	2440
Rota 07	Hmed - Campus (Tarde)	12,2	244	2440
Rota 08	Campus - Hmed (Tarde)	12,2	244	2440
Rota 09	Hmed - Campus (Noite)	12,2	244	2440
Rota 10	Campus - Hmed (Noite)	12,2	244	2440
TOTAL KM		122	2440	24400

CAMPUS	Baturité			
DEMANDA TRANSPORTE ESCOLAR				
ROTA	ITINERÁRIO	KM ROTA	KM MENSAL	KM ANUAL
Rota 01	campus/centro/campus	17	1.000	12.000
Rota 02				
Rota 03				
Rota 04				
Rota 05				
Rota 06				
Rota 07				
Rota 08				
Rota 09				
Rota 10				
TOTAL KM		17	1.000	12.000

CAMPUS	Cedro			
DEMANDA TRANSPORTE ESCOLAR				
ROTA	ITINERÁRIO	KM ROTA	KM MENSAL	KM ANUAL
Rota 01 (Período	06:35 - Capela do Cedro I/ 6:50 - Cedro II/ 0	15	330	3630
Rota 02 (Período	12:25 - Capela do Cedro I/ 12:40 - Cedro II/	18	396	4356
Rota 03 (Período	17:40 - Cedro II/ 17:50 - Capela do Cedro I/	18	396	4356
Rota 04 (Período	22:05 - Saindo do Campus/ 22:10 - Rodoviár	15	330	3630
Rota 05				
Rota 06				
Rota 07				
Rota 08				
Rota 09				
Rota 10				
TOTAL KM		66	1452	15972

CAMPUS	Crateús			
DEMANDA TRANSPORTE ESCOLAR				
ROTA	ITINERÁRIO	KM ROTA	KM MENSAL	KM ANUAL
Rota 01	Mercatil Torres - Praça da M	45	900	9000
Rota 02	Praça Padre Helênio (São Vi	45	900	9000
Rota 03	Romeu Veículos - Hotel Lay	60	1200	12000
Rota 04				
Rota 05				
Rota 06				
Rota 07				
Rota 08				
Rota 09				
Rota 10				
TOTAL KM		150	3000	30000

CAMPUS	Crato			
DEMANDA TRANSPORTE ESCOLAR				
ROTA	ITINERÁRIO	KM ROTA	MENSAL	KM ANUAL
Rota 01	Juazeiro/Campus/Juazeiro	34	2040	20400
Rota 02	Prefeitura do Crato / Campus	7	2240	22400
Rota 03	Campus / Prefeitura do Crato	7	1960	19600
Rota 04	Muriti/Campus	11,2	224	2240
Rota 05	Campus/Juazeiro - Rota Complementa	7	140	1400
Rota 06	Rota Interna	1	100	1000
Rota 07				
Rota 08				
Rota 09				
Rota 10				
TOTAL KM		67,2	6704	67040

Rotas	Dias	Dias
3	20	200
16	20	200
14	20	200
1	20	200
1	20	200
5	20	200

CAMPUS	Guaramiranga			
DEMANDA TRANSPORTE ESCOLAR				
ROTA	ITINERÁRIO	KM ROTA	KM MESNAL	KM ANUAL
Rota 01	Palmácia/Pacoti/Guaramiranga (ida dos alunos do turno da manhã ao camp	31,4	691	6280
Rota 02	Aratuba/Mulungu/Guaramiranga (ida dos alunos do turno da manhã ao ca	31,7	697	6340
Rota 03	Palmácia/Pacoti/Guaramiranga (ida dos alunos do turno da tarde ao campu	31,4	691	6280
Rota 04	Aratuba/Mulungu/Guaramiranga (ida dos alunos do turno da tarde ao cam	31,7	697	6340
Rota 05	Guaramiranga/Pacoti/Palmácia (retorno dos alunos do turno da manhã às s	31,4	691	6280
Rota 06	Guaramiranga/Mulungu/Aratuba (retorno dos alunos do turno da manhã à	31,7	697	6340
Rota 07	Palmácia/Pacoti/Guaramiranga (ida dos alunos do turno da noite ao campu	31,4	691	6280
Rota 08	Aratuba/Mulungu/Guaramiranga (ida dos alunos do turno da noite ao camp	31,7	697	6340
Rota 09	Guaramiranga/Pacoti/Palmácia (retorno dos alunos do turno da tarde às su	31,4	691	6280
Rota 10	Guaramiranga/Mulungu/Aratuba (retorno dos alunos do turno da tarde às	31,7	697	6340
Rota 11	Guaramiranga/Pacoti/Palmácia (retorno dos alunos do turno da noite às su	31,4	691	6280
Rota 12	Guaramiranga/Mulungu/Aratuba (retorno dos alunos do turno da noite às s	31,7	697	6340
TOTAL KM		378,6	8328	75720

CAMPUS	Iguatu			
DEMANDA TRANSPORTE ESCOLAR				
ROTA	ITINERÁRIO	KM ROTA	KM MESNAL	KM ANUAL
Rota 01	Centro/ Campus/ Centro	72	1440	14400
Rota 02	Centro/ Campus/ Centro	72	1440	14400
Rota 03	Centro/ Campus/ Centro	72	1440	14400
Rota 04	Centro/ Campus/ Centro	72	1440	14400
Rota 05				
TOTAL KM		288	5760	57600

CAMPUS	Itapipoca			
DEMANDA TRANSPORTE ESCOLAR				
ROTA	ITINERÁRIO	KM ROTA	KM MESNAL	KM ANUAL
Rota 01	campus/centro/campus	20	400	4000
Rota 02	campus/distritos/campus	50	1000	10000
Rota 03	campus/distritos/campus	30	600	6000
Rota 04	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 05	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 06	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 07	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 08	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 09	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 10	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX
TOTAL KM		100	2000	20000

CAMPUS	Jaguaribe			
DEMANDA TRANSPORTE ESCOLAR				
ROTA	ITINERÁRIO	KM ROTA	KM MESNAL	KM ANUAL
Rota 01	campus/centro/	48	768	9600
Rota 02				
Rota 03				
Rota 04				
Rota 05				
Rota 06				
Rota 07				
Rota 08				
Rota 09				
Rota 10				
TOTAL KM		48	768	9600

CAMPUS	Jaguaruana			
DEMANDA TRANSPORTE ESCOLAR				
ROTA	ITINERÁRIO	KM ROTA	KM MENSAL	KM ANUAL
Rota 01	Campus/Palhano/Campus	65	1430	15730
Rota 02	Campus/Russas/Campus	90	1980	21780
Rota 03				
Rota 04				
Rota 05				
Rota 06				
Rota 07				
Rota 08				
Rota 09				
Rota 10				
TOTAL KM		155	3410	37510

CAMPUS	Limoeiro do Norte			
DEMANDA TRANSPORTE ESCOLAR				
ROTA	ITINERÁRIO	KM ROTA	KM MESNAL	KM ANUAL
Rota 01	Campus/UEPE/CAMPUS	64	1408	15488
Rota 02	Campus/Cid. Alta/Campus	30	660	7260
TOTAL KM		94	2068	22748

CAMPUS	Maracanaú			
DEMANDA TRANSPORTE ESCOLAR				
ROTA	ITINERÁRIO	KM ROTA	KM MESNAL	KM ANUAL
Rota 01	CAMPUS/METRO ESTAÇÃO/CAMPUS	4,2	1.224	12.240
Rota 02				
Rota 03				
Rota 04				
Rota 05				
Rota 06				
Rota 07				
Rota 08				
Rota 09				
Rota 10				
TOTAL KM		4,2	1.224	12.240

CAMPUS	Mombaça			
DEMANDA TRANSPORTE ESCOLAR				
ROTA	ITINERÁRIO	KM ROTA	KM MESNAL	KM ANUAL
Rota 01	campus/centro/campus	40	800	8000
Rota 02	XXXXX	XXXXX	XXXXX	XXXXX
Rota 03	XXXXX	XXXXX	XXXXX	XXXXX
Rota 04	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 05	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 06	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 07	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 08	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 09	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 10	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX
TOTAL KM		40	800	8000

CAMPUS	Pecem			
DEMANDA TRANSPORTE ESCOLAR				
ROTA	ITINERÁRIO	KM ROTA	KM MENSAL	KM ANUAL
Rota 01	Sítios Novos - Catuana - IFCE Pecém	83	1826	18260
Rota 02				
Rota 03				
Rota 04				
Rota 05				
Rota 06				
Rota 07				
Rota 08				
Rota 09				
Rota 10				
TOTAL KM		83	1826	18260

CAMPUS	Quxadá			
DEMANDA TRANSPORTE ESCOLAR				
ROTA	ITINERÁRIO	KM ROTA	KM MESNAL	KM ANUAL
Rota 01	campus/centro/campus	20	400	4000
Rota 02	campus/distritos/campus	50	1000	10000
Rota 03	campus/distritos/campus	30	600	6000
Rota 04	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 05	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 06	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 07	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 08	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 09	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 10	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX
TOTAL KM		100	2000	20000

CAMPUS	Tabuleiro do Norte			
DEMANDA TRANSPORTE ESCOLAR				
ROTA	ITINERÁRIO	KM ROTA	KM MESNAL	KM ANUAL
Rota 01	campus/centro/campus	20	400	4000
Rota 02	campus/distritos/campus	50	1000	10000
Rota 03	campus/distritos/campus	30	600	6000
Rota 04	XXXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 05	XXXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 06	XXXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 07	XXXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 08	XXXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 09	XXXXXX	XXXX	XXXX	XXX
Rota 10	XXXXXX	XXXX	XXXX	XXX
TOTAL KM		100	2000	20000

CAMPUS	Umirim			
DEMANDA TRANSPORTE ESCOLAR				
ROTA	ITINERÁRIO	KM ROTA	KM MESNAL	KM ANUAL
Rota 01	campus/centro/campus	20	400	4000
Rota 02	São Joaquim/campus	20	400	4000
Rota 03				
Rota 04				
Rota 05				
Rota 06				
Rota 07				
Rota 08				
Rota 09				
Rota 10				
TOTAL KM		40	800	8000

DESLOCAMENTO DIÁRIO - CAMPUS ARACATI						
ROTA	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL EMBARQUE	KM TRECHO	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL DESEMBARQUE	KM TRECHO	TOTAL KM	
1	Rota (Manhã) - Hospital HMED, Praça da Matriz, Escola Fundamental	12,2	Rota (Manhã) - IFCE Aracati (local de saída), Esquina da CE 040 com a	12,2	24,4	
2	Rota (Manhã) - Hospital HMED, Praça da Matriz, Escola Fundamental	12,2	Rota (Manhã) - IFCE Aracati (local de saída), Esquina da CE 040 com a	12,2	24,4	
3	Rota (Tarde) - Hospital HMED, Praça da Matriz, Escola Fundamental	12,2	Rota (Tarde) - IFCE Aracati (local de saída), Esquina da CE 040 com a	12,2	24,4	
4	Rota (Tarde) - Hospital HMED, Praça da Matriz, Escola Fundamental	12,2	Rota (Tarde) - IFCE Aracati (local de saída), Esquina da CE 040 com a	12,2	24,4	
5	Rota (Noite) - Hospital HMED, Praça da Matriz, Escola Fundamental	12,2	Rota (Noite) - IFCE Aracati (local de saída), Esquina da CE 040 com a FVJ,	12,2	24,4	

DESLOCAMENTO DIÁRIO - CAMPUS BATURITÉ						
ROTA	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL EMBARQUE	KM TRECHO	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL DESEMBARQUE	KM TRECHO	TOTAL KM	
1	Rota (Manhã) - Ponto das Topics (Antigo Colégio das Salesianas), Praça Santa Luzia, Correios, Praça Valdemar Falcão, Praça da Matriz, Mondego/Rodoviária, Colégio Monsenhor Cândido, CSU, Praça Conselheiro Estelita, Entrada das Lajes, Praça do Putiú, Praça do Salgado, Manezinho, IFCE.	8,5	Rota (Manhã)- IFCE, Manezinho/Praça do salgado, Praça do Putiú, Entrada das Lajes, Ponto das Topics (Antigo Colégio das Salesianas), Praça Santa Luzia, Correios, Praça Valdemar Falcão, Praça da Matriz, Mondego/Rodoviária, Monsenhor Manoel Cândido, CSU, Praça Conselheiro Estelita.	8,5	17	
2	Rota (Manhã) - Ponto das Topics (Antigo Colégio das Salesianas),	8,5	Rota (Manhã)- IFCE, Manezinho/Praça do salgado, Praça do Putiú,	8,5	17	
3	Rota (Manhã) - Ponto das Topics (Antigo Colégio das Salesianas),	8,5	Rota (Manhã)- IFCE, Manezinho/Praça do salgado, Praça do Putiú,	8,5	17	

DESLOCAMENTO DIÁRIO - CAMPUS CEDRO						
ROTA	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL EMBARQUE	KM TRECHO	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL DESEMBARQUE	KM TRECHO	TOTAL KM	
1	<b>Embarque nos bairros com destino ao campus - 06h35:</b> IFCE-Cedro (saída do veículo para os bairros) - Capela do Bairro Cedro I - Entrada do Bairro Cedro II - Posto BR Clerim - Praça José Bezerra - Praça da Matriz - Entrada do Bairro Jardim Afonso Celso - Capela do Bairro Jardim Afonso Celso - Sindicato Rural de Cedro - Colégio Estadual Celso Araujo - Rodoviária - IFCE-Cedro (destino final)	0	<b>Desembarque no campus - 7h05:</b> IFCE-Cedro.	15	15	
2	<b>Embarque no campus com destino aos bairros - 11h45:</b>	0	<b>Desembarque nos bairros - 11h50 às 12h20:</b>	9	9	
2	<b>Embarque nos bairros com destino ao campus - 12h25:</b>	0	<b>Desembarque no campus - 12h55:</b>	9	18	
3	<b>Embarque no campus com destino aos bairros - 17h25:</b>	0	<b>Desembarque nos bairros - 17h30 às 17h50:</b>	9	9	
3	<b>Embarque nos bairros com destino ao campus - 17h50:</b>	0	<b>Desembarque no campus - 18h15:</b>	9	18	
4	<b>Embarque no campus com destino aos bairros - 22h05:</b>	0	<b>Desembarque nos bairros - 22h10 às 22h30:</b>	15	15	

DESLOCAMENTO DIÁRIO - CAMPUS CRATEÚS						
ROTA	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL EMBARQUE	KM TRECHO	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL DESEMBARQUE	KM TRECHO	TOTAL KM	
1	Rota 1 (Manhã - 6h00): Mercantil Torres - Praça da Matriz - Praça da	17	Rota 2 (Manhã - 11h40): AABB - Restaurante Ideal - Policlínica -	15	32	
2	Rota 2 (Manhã - 06h30): Praça Padre Helênio (São Vicente) -	15	Rota 2 (Tarde - 17h30): AABB - Restaurante Ideal - Policlínica -	15	30	
3	Rota 1 (Tarde - 12h20): CE 189 Entrada das Cajas - Praça da	17	Rota 1 (Tarde - 17h55): CE 189 Entrada das Cajas - Praça da Juventude -	17	34	
4	Rota 3 (Noite - 18h25): Romeu Veículos- Hotel Layanny - Confiance	27	Rota 3 (Noite - 22h40): Panificadora Esperança - Praça da Juventude -	27	54	
					150	

DESLOCAMENTO DIÁRIO - CAMPUS CRATO						
ROTA	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL EMBARQUE	KM TRECHO	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL DESEMBARQUE	KM TRECHO	TOTAL KM	
1	Rota Juazeiro (6h15): Cajúna São Geraldo → Atacadão (Zenir) →	0	IFCE – campus Crato (Estacionamento da Administração)	17	17	
2	Rota Muriti (06h30): Posto Trínus (Muriti) → Posto Casarão → Posto	0	IFCE – campus Crato (Estacionamento da Administração)	11,2	11,2	
3	Rota Crato (6h25): Praça Prefeitura (Crato/CE) → Praça da Asa →	0	IFCE – campus Crato (Estacionamento da Administração)	7	7	
4	Rota Crato (6h25): Praça Prefeitura (Crato/CE) → Praça da Asa →	0	IFCE – campus Crato (Estacionamento da Administração)	7	7	
5	Rota Crato (6h25): Praça Prefeitura (Crato/CE) → Praça da Asa →	0	IFCE – campus Crato (Estacionamento da Administração)	7	7	
6	Rota Crato (7h00): Praça Prefeitura (Crato/CE) → Praça da Asa →	0	IFCE – campus Crato (Estacionamento da Administração)	7	7	
7	Rota Crato (7h00): Praça Prefeitura (Crato/CE) → Praça da Asa →	0	IFCE – campus Crato (Estacionamento da Administração)	7	7	
8	Rota Crato (7h00): Praça Prefeitura (Crato/CE) → Praça da Asa →	0	IFCE – campus Crato (Estacionamento da Administração)	7	7	
9	Rota Crato (7h00): Praça Prefeitura (Crato/CE) → Praça da Asa →	0	IFCE – campus Crato (Estacionamento da Administração)	7	7	
10	Rota Interna (7h25): IFCE – campus Crato – Refeitório → Bloco de	0	Bloco de Zootecnia	1,25	1,25	
11	Rota Interna (9h30): IFCE – campus Crato – Bloco de Zootecnia →	0	Refeitório	1,25	1,25	
12	Rota Interna (9h40): IFCE – campus Crato – Refeitório → Bloco de	0	Bloco de Zootecnia	1,25	1,25	
13	Rota Interna (11h45): IFCE – campus Crato – Bloco de Zootecnia →	0	IFCE – campus Crato (Estacionamento da Administração)	1,25	1,25	
14	Rota Crato Retorno (12h00) IFCE – campus Crato (Estacionamento da	0	Praça da Prefeitura – Crato/CE	7	7	
15	Rota Crato Retorno (12h25) IFCE – campus Crato (Estacionamento da	0	Praça da Prefeitura – Crato/CE	7	7	
16	Rota Juazeiro Retorno (12h50): IFCE – campus Crato → Batateira →	0	Cajúna São Geraldo – Juazeiro do Norte	17	17	
17	Rota Crato (12h30): Praça Prefeitura (Crato/CE) → Praça da Asa →	0	IFCE – campus Crato (Estacionamento da Administração)	7	7	
18	Rota Crato (12h45): Praça Prefeitura (Crato/CE) → Praça da Asa →	0	IFCE – campus Crato (Estacionamento da Administração)	7	7	
19	Rota Crato (13h05): Praça Prefeitura (Crato/CE) → Praça da Asa →	0	IFCE – campus Crato (Estacionamento da Administração)	7	7	
20	Rota Juazeiro (13h40): Cajúna São Geraldo → Atacadão (Zenir) →	0	IFCE – campus Crato (Estacionamento da Administração)	17	17	
21	Rota Crato (15h35): Praça Prefeitura (Crato/CE) → Praça da Asa →	0	IFCE – campus Crato (Estacionamento da Administração)	7	7	
22	Rota Crato (16h35): Praça Prefeitura (Crato/CE) → Praça da Asa →	0	IFCE – campus Crato (Estacionamento da Administração)	7	7	
23	Rota Crato (16h35): Praça Prefeitura (Crato/CE) → Praça da Asa →	0	IFCE – campus Crato (Estacionamento da Administração)	7	7	
24	Rota Crato Retorno (15h20) IFCE – campus Crato (Estacionamento da	0	Praça da Prefeitura – Crato/CE	7	7	
25	Rota Crato Retorno (15h20) IFCE – campus Crato (Estacionamento da	0	Praça da Prefeitura – Crato/CE	7	7	
26	Rota Crato Retorno (15h20) IFCE – campus Crato (Estacionamento da	0	Praça da Prefeitura – Crato/CE	7	7	
27	Rota Crato Retorno (16h20) IFCE – campus Crato (Estacionamento da	0	Praça da Prefeitura – Crato/CE	7	7	
28	Rota Crato Retorno (16h20) IFCE – campus Crato (Estacionamento da	0	Praça da Prefeitura – Crato/CE	7	7	
29	Rota Crato Retorno (16h20) IFCE – campus Crato (Estacionamento da	0	Praça da Prefeitura – Crato/CE	7	7	
30	Rota Crato Retorno (17h20) IFCE – campus Crato (Estacionamento da	0	Praça da Prefeitura – Crato/CE	7	7	
31	Rota Juazeiro Retorno (17h05): IFCE – campus Crato → Batateira →	0	Cajúna São Geraldo – Juazeiro do Norte	17	17	
32	Rota Crato Retorno (17h30) IFCE – campus Crato (Estacionamento da	0	Praça da Prefeitura – Crato/CE	7	7	
33	Rota Crato (17h40): Praça Prefeitura (Crato/CE) → Praça da Asa →	0	IFCE – campus Crato (Estacionamento da Administração)	7	7	
34	Rota Crato (18h05): Praça Prefeitura (Crato/CE) → Praça da Asa →	0	IFCE – campus Crato (Estacionamento da Administração)	7	7	
35	Rota Crato (18h05): Praça Prefeitura (Crato/CE) → Praça da Asa →	0	IFCE – campus Crato (Estacionamento da Administração)	7	7	
36	Rota Juazeiro (17h45): Cajúna São Geraldo → Atacadão (Zenir) →	0	IFCE – campus Crato (Estacionamento da Administração)	17	17	
37	Rota Crato Retorno (20h25) IFCE – campus Crato (Estacionamento da	0	Praça da Prefeitura – Crato/CE	7	7	
38	Rota Crato Retorno (20h25) IFCE – campus Crato (Estacionamento da	0	Praça da Prefeitura – Crato/CE	7	7	
39	Rota Crato Retorno (22h00) IFCE – campus Crato (Estacionamento da	0	Praça da Prefeitura – Crato/CE	7	7	
40	Rota Crato Retorno (22h00) IFCE – campus Crato (Estacionamento da	0	Praça da Prefeitura – Crato/CE	7	7	
41	Rota Juazeiro Retorno Estendido (22h00): IFCE – campus Crato →	0	Bairro Betolândia - Juazeiro do Norte/CE	24	24	
					335,2	

DESLOCAMENTO DIÁRIO - CAMPUS GUARAMIRANGA					
ROTA	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL EMBARQUE	KM TRECHO	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL DESEMBARQUE	KM TRECHO	TOTAL KM
1	Rota (Manhã) - Praça Iracy Fonseca - Palmácia, Hospital e	31,4	Rota (Manhã) - Hotel Escola IFCE Guaramiranga, Hospital e	31,4	62,8
2	Rota (Manhã) - Igreja Matriz de São Francisco de Paula - Aratuba,	31,7	Rota (Manhã) - Hotel Escola IFCE Guaramiranga, Letreiro da cidade de	31,7	63,4
3	Rota (Tarde) - Praça Iracy Fonseca - Palmácia, Hospital e Maternidade	31,4	Rota (Tarde) - Hotel Escola IFCE Guaramiranga, Hospital e Maternidade	31,4	62,8
4	Rota (Tarde) - Igreja Matriz de São Francisco de Paula - Aratuba,	31,7	Rota (Tarde) - Hotel Escola IFCE Guaramiranga, Letreiro da cidade de	31,7	63,4
5	Rota (Noite) - Praça Iracy Fonseca - Palmácia, Hospital e Maternidade	31,4	Rota (Noite) - Hotel Escola IFCE Guaramiranga, Hospital e Maternidade	31,4	62,8
6	Rota (Noite) - Igreja Matriz de São Francisco de Paula - Aratuba,	31,7	Rota (Noite) - Hotel Escola IFCE Guaramiranga, Letreiro da cidade de	31,7	63,4
					378,6

DESLOCAMENTO DIÁRIO - CAMPUS IGUAU							
ROTA	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL EMBARQUE	KM TRECHO	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL EMBARQUE	KM TRECHO	TRECHO CAMPUS - LOCAL DESEMBARQUE	KM TRECHO	TOTAL KM
1	Rota Centro (Manhã) - IFCE Unidade Areias, Rua Márcio Nogueira	22,8	Rota Perimetral I (Manhã) - IFCE Unidade Areias, Av. Perimetral	23	Rota Av. Dário Rabelo	22,6	91,2
2	Rota Centro (Tarde) - IFCE Unidade Areias, Rua Márcio Nogueira	22,8	Rota Perimetral I (Tarde) - IFCE Unidade Areias, Av. Perimetral (Entrada)	23	Rota Av. Dário Rabelo	22,6	91,2
3	Rota Centro (Noite) - IFCE Unidade Areias, Rua Márcio Nogueira	22,8	Rota Perimetral I (Noite) - IFCE Unidade Areias, Av. Perimetral (Entrada)	23	Rota Av. Dário Rabelo	22,6	91,2
		68,4		69		67,8	68,4

DESLOCAMENTO DIÁRIO - CAMPUS ITAIPPOCA					
ROTA	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL EMBARQUE	KM TRECHO	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL DESEMBARQUE	KM TRECHO	TOTAL KM
1	Campus Itaipoca - Supermercado Pinheiro - Clube CSI - Praça dos Motoristas - Ducoco - Praça da Fazendinha - Praça da Matriz - Praça da Prefeitura - Praça dos Três Climas - Campus Itaipoca	10	Campus Itaipoca - Praça dos Três Climas - Praça da Prefeitura - Praça da Matriz - Praça da Fazendinha - Ducoco - Praça dos Motoristas - Clube CSI - Supermercado Pinheiro - Campus Itaipoca	10	20
2	Campus Itaipoca - Mix Matheus - Jardim - Croatã - Posto SP (Gregório) - Alto da Maritacaca - Posto SP (Gregório) - Croatã - Jardim - Mix Matheus - Campus Itaipoca	25	Campus Itaipoca - Barrento - Posto BR (Fazenda Velha) - Alto da Maritacaca - Posto SP (Gregório) - Croatã - Jardim - Mix Matheus - Campus Itaipoca	25	50
3	Campus Itaipoca - Balança - Escola do Arapari - São Gonçalo - Restaurante Edisio - Canoa (Restaurante do Geovane) - Quandú (Restaurante da Gerlane) - Praça da Assunção - Campus Itaipoca	15	Campus Itaipoca - Praça da Assunção - Quandú (Restaurante da Gerlane) - Canoa (Restaurante do Geovane) - Restaurante Edisio - São Gonçalo - Escola do Arapari - Balança - Campus Itaipoca	15	30

DESLOCAMENTO DIÁRIO - CAMPUS JAGUARIBE					
ROTA	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL EMBARQUE	KM TRECHO	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL DESEMBARQUE	KM TRECHO	TOTAL KM
1	Campus Jaguaribe - Posto Rio Grandense (BR116) - Rua 12 de agosto,	24	Campus Jaguaribe - Bairro Populares (Polo de lazer) - Escola Raul	24	48

DESLOCAMENTO DIÁRIO - CAMPUS JAGUARUANA					
ROTA	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL EMBARQUE	KM TRECHO	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL DESEMBARQUE	KM TRECHO	TOTAL KM
1	Rua polissidônio barreto, Palhano, 62910-000 (Igreja Matriz)	32,5	Av. Doutor Antonio da Rocha Freitas, 1566, Jaguaruana (IFCE)	32,5	65
2	Av. Dom Lino, 909 - Centro, Russas - CE, 62900-000 (Praça)	45	Av. Doutor Antonio da Rocha Freitas, 1566, Jaguaruana (IFCE)	45	90

DESLOCAMENTO DIÁRIO - CAMPUS LIMOIEIRO DO NORTE					
ROTA	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL EMBARQUE	KM TRECHO	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL DESEMBARQUE	KM TRECHO	TOTAL KM
1	MANHÃ - IFCE CAMPUS LIMOIEIRO DO NORTE - RUA ESTEVÃO REMÍGIO	15,5	UEPE-CHAPADA DO APODI	15,5	31
2	TARDE - IFCE CAMPUS LIMOIEIRO DO NORTE - RUA ESTEVÃO REMÍGIO	15,5	UEPE-CHAPADA DO APODI	15,5	31
11	MANHÃ - IFCE CAMPUS LIMOIEIRO DO NORTE - RUA ESTEVÃO REMÍGIO	8	CENTRO DE REFERÊNCIA ANEXO CIDADE ALTA	8	16
12	TARDE - IFCE CAMPUS LIMOIEIRO DO NORTE - RUA ESTEVÃO REMÍGIO	8	CENTRO DE REFERÊNCIA ANEXO CIDADE ALTA	8	16

DESLOCAMENTO DIÁRIO - CAMPUS MARACANAÚ					
ROTA	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL EMBARQUE	KM TRECHO	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL DESEMBARQUE	KM TRECHO	TOTAL KM
1	IFCE Campus Maracanaú (Manhã) 7h as 08h	1,8	Estação do Metro Virgílio Távora 7 as 8h	1,8	3,6
2	IFCE Campus Maracanaú (Manhã) 7h as 08h	1,8	Estação do Metro Virgílio Távora 7 as 8h	1,8	3,6
3	IFCE Campus Maracanaú (Manhã) 7h as 08h	1,8	Estação do Metro Virgílio Távora 7 as 8h	1,8	3,6
4	IFCE Campus Maracanaú (Manhã) 9:45h as 10h	1,8	Estação Metro VIRGILIO TAVORA (Manhã) 9:45h as 10h	1,8	3,6
5	IFCE Campus Maracanaú (Tarde) 11:45h as 13h (Tarde)	1,8	Estação do Metro Virgílio Távora (Tarde) 11:45h as 13h (Tarde)	1,8	3,6
6	IFCE Campus Maracanaú (Tarde) 11:45h as 13h (Tarde)	1,8	Estação do Metro Virgílio Távora (Tarde) 11:45h as 13h (Tarde)	1,8	3,6
7	IFCE Campus Maracanaú (Tarde) 11:45h as 13h (Tarde)	1,8	Estação do Metro Virgílio Távora (Tarde) 11:45h as 13h (Tarde)	1,8	3,6
8	IFCE Campus Maracanaú (Tarde) 11:45h as 13h (Tarde)	1,8	Estação do Metro Virgílio Távora (Tarde) 11:45h as 13h (Tarde)	1,8	3,6
9	IFCE Campus Maracanaú (Tarde) 15:30 as 16h (Tarde)	1,8	Estação do Metro Virgílio Távora (Tarde) 15:30 as 16h (Tarde)	1,8	3,6
10	IFCE Campus Maracanaú (Tarde) 15:30 as 16h (Tarde)	1,8	Estação do Metro Virgílio Távora (Tarde) 15:30 as 16h (Tarde)	1,8	3,6
11	IFCE Campus Maracanaú (Tarde) 17:30 as 18:30h (Tarde/Noite)	1,8	Estação do Metro Virgílio Távora(Tarde) 17:30 as 18:30h (Tarde/Noite)	1,8	3,6
12	IFCE Campus Maracanaú (Tarde) 17:30 as 18:30h (Tarde/Noite)	1,8	Estação do Metro Virgílio Távora(Tarde) 17:30 as 18:30h (Tarde/Noite)	1,8	3,6
13	IFCE Campus Maracanaú (Tarde) 17:30 as 18:30h (Tarde/Noite)	1,8	Estação do Metro Virgílio Távora(Tarde) 17:30 as 18:30h (Tarde/Noite)	1,8	3,6
14	IFCE Campus Maracanaú (Tarde) 17:30 as 18:30h (Tarde/Noite)	1,8	Estação do Metro Virgílio Távora(Tarde) 17:30 as 18:30h (Tarde/Noite)	1,8	3,6
15	IFCE Campus Maracanaú (Noite) 20:30	1,8	Estação do Metro Virgílio Távora (Noite) 20:30	1,8	3,6
15	IFCE Campus Maracanaú (Noite) 21:45 as 22:00	1,8	Estação do Metro Virgílio Távora (Noite) 21:45 as 22:00	1,8	3,6
16	IFCE Campus Maracanaú (Noite) 21:45 as 22:01	1,8	Estação do Metro Virgílio Távora (Noite) 21:45 as 22:01	1,8	3,6

DESLOCAMENTO DIÁRIO - CAMPUS MOMBACA					
ROTA	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL EMBARQUE	KM TRECHO	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL DESEMBARQUE	KM TRECHO	TOTAL KM
1	Rota (Manhã) Buiões, Vila Iracema, Praça do Hospital, Praça dos Lions, Posto Lindolfo, Praça da Macavi, Praça da Matriz, Supermercado Jean, Areninha, Quartel do Raio, Posto Triângulo, IFCE Campus Avançado Mombaca	10	Rota (Manhã) IFCE Campus Avançado Mombaca, Posto Triângulo, Quartel do Raio, Areninha, Supermercado Jean, Praça Matriz, Praça da Macavi, Posto Lindolfo, Praça dos Lions, Praça do Hospital, Vila Iracema, Buiões	10	20
2	Rota (Tarde) Buiões, Vila Iracema, Praça do Hospital, Praça dos Lions, Posto Lindolfo, Praça da Macavi, Praça da Matriz, Supermercado Jean, Areninha, Quartel do Raio, Posto Triângulo, IFCE Campus Avançado Mombaca	10	Rota (Tarde) IFCE Campus Avançado Mombaca, Posto Triângulo, Quartel do Raio, Areninha, Supermercado Jean, Praça Matriz, Praça da Macavi, Posto Lindolfo, Praça dos Lions, Praça do Hospital, Vila Iracema, Buiões	10	20

DESLOCAMENTO DIÁRIO - CAMPUS PECEM					
ROTA	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL EMBARQUE	KM TRECHO	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL DESEMBARQUE	KM TRECHO	TOTAL KM
1	Rota (Manhã): Igreja de Sítios Novos (Partida), Casa do Pão, Prados	22,1	Rota (Manhã): IFCE Pecém (Partida), Subestação Cauipe, Posto / BR-	19,4	41,5
2	Rota (Tarde): Igreja de Sítios Novos (Partida), Casa do Pão, Prados da	22,1	Rota (Tarde): IFCE Pecém (Partida), Subestação Cauipe, Posto / BR-222,	19,4	41,5

O funcionamento é em 2 turnos - 41,5 km/turno



DESLOCAMENTO DIÁRIO - CAMPUS QUIXADÁ					
ROTA	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL EMBARQUE	KM TRECHO	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL DESEMBARQUE	KM TRECHO	TOTAL KM
1	MANHÃ 1: Rodoviária de Quixadá (Bairro Centro), Avenida José	5	IFCE Quixadá (local de saída), Avenida José de Freitas Queiroz, Avenida	5	10
2	MANHÃ 2: Rodoviária de Quixadá (Bairro Centro), Avenida José	5	IFCE Quixadá (local de saída), Avenida José de Freitas Queiroz, Avenida	5	10
3	INTERTURNO MANHÃ/TARDE 1: Rodoviária de Quixadá (Bairro	5	IFCE Quixadá (local de saída), Avenida José de Freitas Queiroz, Avenida	5	10
4	INTERTURNO MANHÃ/TARDE 2: Rodoviária de Quixadá (Bairro	5	IFCE Quixadá (local de saída), Avenida José de Freitas Queiroz, Avenida	5	10
5	TARDE 1: Rodoviária de Quixadá (Bairro Centro), Avenida José	5	IFCE Quixadá (local de saída), Avenida José de Freitas Queiroz, Avenida	5	10
6	TARDE 2: Rodoviária de Quixadá (Bairro Centro), Avenida José	5	IFCE Quixadá (local de saída), Avenida José de Freitas Queiroz, Avenida	5	10
7	INTERTURNO TARDE/NOITE 1: Rodoviária de Quixadá (Bairro	5	IFCE Quixadá (local de saída), Avenida José de Freitas Queiroz, Avenida	5	10
8	INTERTURNO TARDE/NOITE 2: Rodoviária de Quixadá (Bairro	5	IFCE Quixadá (local de saída), Avenida José de Freitas Queiroz, Avenida	5	10
9	NOITE 1: Rodoviária de Quixadá (Bairro Centro), Avenida José	5	IFCE Quixadá (local de saída), Avenida José de Freitas Queiroz, Avenida	5	10
10	NOITE 2: Rodoviária de Quixadá (Bairro Centro), Avenida José	5	IFCE Quixadá (local de saída), Avenida José de Freitas Queiroz, Avenida	5	10

DESLOCAMENTO DIÁRIO - CAMPUS TABULEIRO DO NORTE					
ROTA	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL EMBARQUE	KM TRECHO	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL DESEMBARQUE	KM TRECHO	TOTAL KM
1	Olho D'Água da Bica(Rua Miguel Viana)→ CE-358 → Rua Batista Maia	30	Campus Tabuleiro do Norte ( Rua Raimundo Noronha Chaves) → CE-	30	60
2	São João do Jaguaribe( Rua Pedro Paulo ) → CE-377 → CE-266 →	17,5	Campus Tabuleiro do Norte (Rua Raimundo Noronha Chaves) → CE-	17,5	35
3	Rua Batista Maia - Centro → Rua Maia Alarcon → Rua José Muniz →	2,5	Campus Tabuleiro do Norte (Rua Raimundo Noronha Chaves) → CE-	2,5	5

DESLOCAMENTO DIÁRIO - CAMPUS UMIRIM					
ROTA	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL EMBARQUE	KM TRECHO	DETALHAMENTO TRECHO CAMPUS - LOCAL DESEMBARQUE	KM TRECHO	TOTAL KM
1	Rota (Manhã) - EEF Hamilton da Rocha e Silva, Av. Felisbela Caetano, s	15,5	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus U	1,5	17
2	Rota (Manhã) - Escola de Ensino Fundamental José Pinheiro Sales, R. N	1,5	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus U	1,5	3
3	Rota (Tarde) - Escola de Ensino Fundamental José Pinheiro Sales, R. M	1,5	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus U	1,5	3
4	Rota (Tarde) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do	1,5	Escola de Ensino Fundamental José Pinheiro Sales, R. Maj, Sales, 664 - Cr	15,5	17